



TEARFUND

Compreensão *da defesa de direitos*





1

Kit de Ferramentas para a Defesa de Direitos: Compreensão da defesa de direitos

Escrito por Graham Gordon

Editora: Rachel Blackman

Traduzido por: Miriam Machado e Jean Perry

Ilustração da capa: Adept Design

Design: Wingfinger

O autor gostaria de agradecer a Siobhan Calthrop, Ian Chandler, Andy Atkins, David Evans, Dewi Hughes e Bryan Evans por sua colaboração. Muito obrigado também a todos os parceiros da Tearfund que contribuíram com seus estudos de casos e conhecimentos para ajudar a produzir este Kit de Ferramentas.

Se você deseja fazer comentários sobre este Kit de Ferramentas ou tiver sugestões para ferramentas adicionais, por favor, entre em contato com o Administrador da Equipe de Políticas Públicas (ppadministrator@tearfund.org). Saber como os recursos da Tearfund são utilizados pelos Parceiros e por outras organizações ajuda-nos a melhorar a qualidade dos futuros recursos. A Equipe de Políticas Públicas pode colocar atualizações e materiais para suplementar este Kit de Ferramentas no website da Tearfund (www.tilz.info) ocasionalmente.

© Tearfund 2002

ISBN 1 904364 08 X

Publicado pela Tearfund. Uma sociedade anônima.

Registrada na Inglaterra sob o no. 994339.

Instituição beneficente registrada sob o no. 265464.

A Tearfund é uma agência cristã evangélica de assistência e desenvolvimento, que trabalha através de parceiros locais, procurando trazer auxílio e esperança às comunidades carentes por todo o mundo.

Tearfund, 100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Inglaterra.

Tel: +44 20 8977 9144

E-mail: roots@tearfund.org

Web: www.tilz.info

Compreensão da defesa de direitos

escrito por Graham Gordon

Conteúdo

Introdução	5
O que é um kit de ferramentas para a defesa de direitos?	5
Principais questões examinadas neste Kit de Ferramentas	9
Explicação dos métodos dos exercícios	10
Glossário	11

A

Compreensão da defesa de direitos e do desenvolvimento 13

Seção A1	Pobreza e o desenvolvimento	15
EXERCÍCIO 1	O que é a pobreza?	15
EXERCÍCIO 2	O que é uma abordagem cristã para o desenvolvimento?	16
Seção A2	Compreensão da defesa de direitos	21
EXERCÍCIO 3	O que é defesa de direitos?	21
EXERCÍCIO 4	Onde ocorre a defesa de direitos?	22
EXERCÍCIO 5	Possíveis papéis de um defensor de direitos	23
Seção A3	O porquê da defesa de direitos	33
EXERCÍCIO 6	O que o incentiva no trabalho de defesa de direitos?	33
EXERCÍCIO 7	Motivos para se envolver no trabalho de defesa de direito	34
EXERCÍCIO 8	Criação de uma visão para a mudança	34
EXERCÍCIO 9	Vínculos entre a defesa de direitos e outros trabalhos de desenvolvimento	35
EXERCÍCIO 10	Benefícios e desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento	36
EXERCÍCIO 11	Formas de se superarem as preocupações e os riscos no trabalho de defesa de direitos	36

Seção A4	A boa prática na defesa de direitos	43
	EXERCÍCIO 12 Participação	43
	EXERCÍCIO 13 Representação	44
	EXERCÍCIO 14 Prestação de contas	45
	EXERCÍCIO 15 Legitimidade	45
Seção A5	Compreensão da política e do poder	49
	EXERCÍCIO 16 Compreensão da política	49
	EXERCÍCIO 17 Compreensão do poder	50
	EXERCÍCIO 18 Compreensão de seu próprio poder e influência	52
	EXERCÍCIO 19 Mapeamento das relações de poder	53
Seção A6	Estudo de caso aprofundado	59
	ESTUDO DE CASO Campanha contra a Represa Patuca	59
B	A base bíblica da defesa de direitos	63
Seção B1	Os cristãos deveriam envolver-se no trabalho de defesa de direitos?	65
	EXERCÍCIO 20 Debate	65
Seção B2	A missão da igreja	67
	EXERCÍCIO 21 A plenitude da salvação e a missão da igreja	67
	EXERCÍCIO 22 Objeções contra o envolvimento da igreja no trabalho da defesa de direitos	68
	EXERCÍCIO 23 Desafios para o envolvimento da igreja no trabalho da defesa de direitos	69
Seção B3	Jesus, o defensor de direitos	75
	EXERCÍCIO 24 Jesus e o poder	75
Seção B4	Opções para o envolvimento	79
	EXERCÍCIO 25 A função da lei	79
	EXERCÍCIO 26 Compreensão do poder com um ponto de vista bíblico	80
	EXERCÍCIO 27 Opções de defesa de direitos abertas aos cristãos	81

Introdução

O que é um kit de ferramentas para a defesa de direitos?

Este *Kit de Ferramentas para a Defesa de Direitos* consta de uma série de 16 seções. As seções da Parte A exploram o vínculo entre a defesa de direitos e o desenvolvimento. A Parte B examina a base bíblica da defesa de direitos. As seções da Parte C oferecem ferramentas para mostrar como planejar uma intervenção de defesa de direitos a fim de resolver um problema específico.

Por que ele foi escrito?

O Kit de Ferramentas reflete a opinião mais recente da Tearfund sobre a defesa de direitos, para ajudar os seus parceiros e outras organizações a se envolverem mais no trabalho de defesa de direitos. O objetivo é ajudá-los a ver a relevância desta para o seu trabalho e muni-los com habilidades e confiança para qualquer envolvimento subsequente na defesa de direitos.

Ele está baseado em *Defesa de Direitos: Materiais de Estudo* (junho de 1999), acrescentando uma maior experiência proveniente da Tearfund, de seus parceiros e de eventos de treinamento em defesa de direitos. Este Kit de Ferramentas, agora, é o principal recurso de treinamento em defesa de direitos da Tearfund.

Há três razões principais para se escrever este Kit de Ferramentas, quando já existem outros materiais sobre a defesa de direitos:

- Este Kit de Ferramentas inclui uma seção significativa sobre a defesa de direitos, a missão da Igreja e o exemplo de Jesus. São poucos os outros recursos que examinam a natureza espiritual do desenvolvimento e da defesa de direitos.
- Ele está voltado para as comunidades locais assim como para as igrejas e ONGs locais que trabalham com estas comunidades. Muitos outros recursos estão voltados para as ONGs nacionais ou internacionais e lidam com a defesa de direitos a um nível muito mais alto. Entretanto, a orientação e os princípios dados no Kit de Ferramentas também podem ser desenvolvidos para a defesa de direitos nacional e internacional.
- Há uma forte ênfase na necessidade de se vincular a defesa de direitos a outros trabalhos de desenvolvimento, o que é algo que falta noutros recursos.

Como o Kit de Ferramentas pode ser usado?

O Kit de Ferramentas foi criado para ser usado por uma organização, comunidade ou qualquer grupo de pessoas que esteja pensando em fazer uma intervenção de defesa de direitos. As 16 seções estão numa ordem lógica para os grupos que nunca trabalharam com a defesa de direitos. Cada seção é independente, de forma que os grupos podem usar qualquer uma que for mais apropriada para as suas necessidades atuais. Entretanto, seria bom cobrir tudo nas partes A e B antes de trabalhar com o planejamento da defesa de direitos na Parte C. Cada seção contém 1–6 exercícios. Cada seção pode levar desde 30 minutos até um dia inteiro, dependendo de até que ponto o grupo precise entrar em detalhes. As Partes A e B foram escritas como um manual de treinamento interativo. A Parte C é um guia de defesa de direitos para ser usado num planejamento real de defesa de direitos, embora ele também tenha alguns exercícios de treinamento opcionais.

Não é necessário nenhum facilitador externo, mas é preciso um facilitador para o grupo, o qual deve ler o Kit de Ferramentas por inteiro, compreender a teoria e sentir-se seguro quanto a ele. Os grupos podem decidir usar um facilitador externo em certos estágios fundamentais.

O Kit de Ferramentas pode ser usado como um encontro de treinamento intensivo de cinco dias, com o objetivo de se alcançar um esboço de estratégia de defesa de direitos no final.

Ele pode ser usado como uma série de sessões de treinamento mais curtas em momentos fundamentais, com intervalos para realizar outros trabalhos. Os momentos fundamentais podem ser:

- no início
- antes da Parte B
- antes da Parte C
- depois do processo de planejamento
- doze meses após o início de qualquer trabalho de defesa de direitos.

Como uma outra alternativa, o Kit de Ferramentas pode ser usado numa reunião de grupo de estudos uma vez por semana ou por mês, durante uma manhã, uma tarde ou uma noite, estudando-se uma seção de cada vez.

O processo inteiro de se aprender e pôr em prática pode levar desde três meses até dois anos, dependendo de fatores tais como o tipo de problema, o tipo de grupo e a experiência prévia.

Disposição As seções estão dispostas da seguinte maneira:

DESCRIÇÃO O que a seção espera alcançar.

OBJETIVOS O que os participantes aprenderão, se concluírem a seção inteira.

VÍNCULOS com outras sessões no Kit de Ferramentas.

EXERCÍCIOS para ajudar a alcançar os objetivos da aprendizagem. Os exercícios abrangem pontos principais que o facilitador deve procurar explorar durante o exercício. Há uma lista de sugestões de métodos que podem ser usados para os exercícios.

TEXTOS para serem distribuídos entre os participantes e explicar mais algumas das teorias. É importante que os textos sejam usados depois de os participantes terem feitos os exercícios sozinhos.

MATERIAIS ADICIONAIS, que não são adequados para serem distribuídos, mas que ajudam o facilitador a planejar melhor a seção.

ESTUDOS DE CASOS presentes em todo o Kit de Ferramentas, mas concentrados em certas sessões. Os principais estudos de casos dos parceiros da Tearfund estão nas SEÇÕES A2, A3, A5 e A6. Os principais estudos de casos bíblicos estão nas SEÇÕES B2 e B3.

Pontos importantes a serem observados

Muitos dos parceiros da Tearfund já estão envolvidos em atividades de defesa de direitos, mas talvez não as chamem por este nome, ou talvez as estejam realizando de uma maneira não planejada. O Kit de Ferramentas visa ajudá-los a se tornarem mais sistemáticos e eficazes em seu trabalho de defesa de direitos.

O Kit de Ferramentas oferece o ponto de vista da Tearfund sobre questões tais como desenvolvimento, poder, teologia e planejamento da defesa de direitos. Embora estas sejam cuidadosamente consideradas e baseadas em experiências, é essencial que os parceiros cheguem à sua própria compreensão das questões dentro de seu contexto específico.

A defesa de direitos não precisa necessariamente ser confrontante, e, em grande parte da defesa de direitos eficaz há, na verdade, colaboração.

A defesa de direitos é parte integral do trabalho de desenvolvimento. A defesa de direitos mais eficaz provavelmente é a que flui a partir do trabalho de um projeto de desenvolvimento.

A defesa de direitos requer uma maneira de pensar particular, que sempre pergunta “por quê?”, até que a causa fundamental do problema tenha sido identificada. Ela é necessária, porque o trabalho dos projetos não lida necessariamente com a causa do problema. Entretanto, a defesa de direitos não deve tomar o lugar de outros trabalhos de desenvolvimento, pois ela geralmente não atende as necessidades imediatas das pessoas. Ela também pode não alcançar a transformação comunitária, que é o âmago do desenvolvimento cristão.

Base da defesa de direitos

Defesa de direitos significa influenciar pessoas, políticas, estruturas e sistemas, a fim de causar mudança; significa influenciar as pessoas no poder para que ajam de maneira mais igualitária.

A defesa de direitos pode ser feita diretamente pelas pessoas afetadas pela injustiça, em nome delas ou com uma combinação de ambos. Qualquer um pode realizar o trabalho de defesa de direitos – ele não precisa ser deixado para profissionais ou especialistas.

O trabalho de defesa de direito inclui muitas atividades diferentes, tais como lobby, mobilização, educação, pesquisa, oração e trabalho em rede. Ele pode ser realizado por uma pessoa sozinha, com um grupo de pessoas ou como parte de uma rede. Ele pode ser espontâneo ou cuidadosamente planejado, uma única intervenção ou um processo contínuo.

Faz parte da missão da igreja realizar a defesa de direitos, falando contra a injustiça, defendendo a causa dos pobres, responsabilizando as pessoas no poder e empoderando as pessoas para que falem por si próprias. Seu objetivo fundamental é trazer e demonstrar as boas novas da vinda do Reino de Deus.

Benefícios da defesa de direitos

O objetivo da defesa de direitos é frequentemente o mesmo que o de qualquer outro trabalho de desenvolvimento: atenuar a pobreza e o sofrimento, combater a opressão, desafiar a injustiça ou apoiar o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Entretanto, o trabalho de desenvolvimento, muitas vezes, não é suficiente, porque não procura resolver as causas fundamentais ou mais profundas do problema. Assim, a defesa de direitos é necessária, porque:

- procura resolver as causas fundamentais da pobreza e da injustiça e alcançar a mudança a longo prazo
- vê as pessoas como agentes de mudança em suas próprias comunidades
- pode ajudar a gerar mais recursos para outros trabalhos de desenvolvimento
- pode mudar as estruturas de poder e os sistemas de injustiça.

**Desafios da
defesa de
direitos**

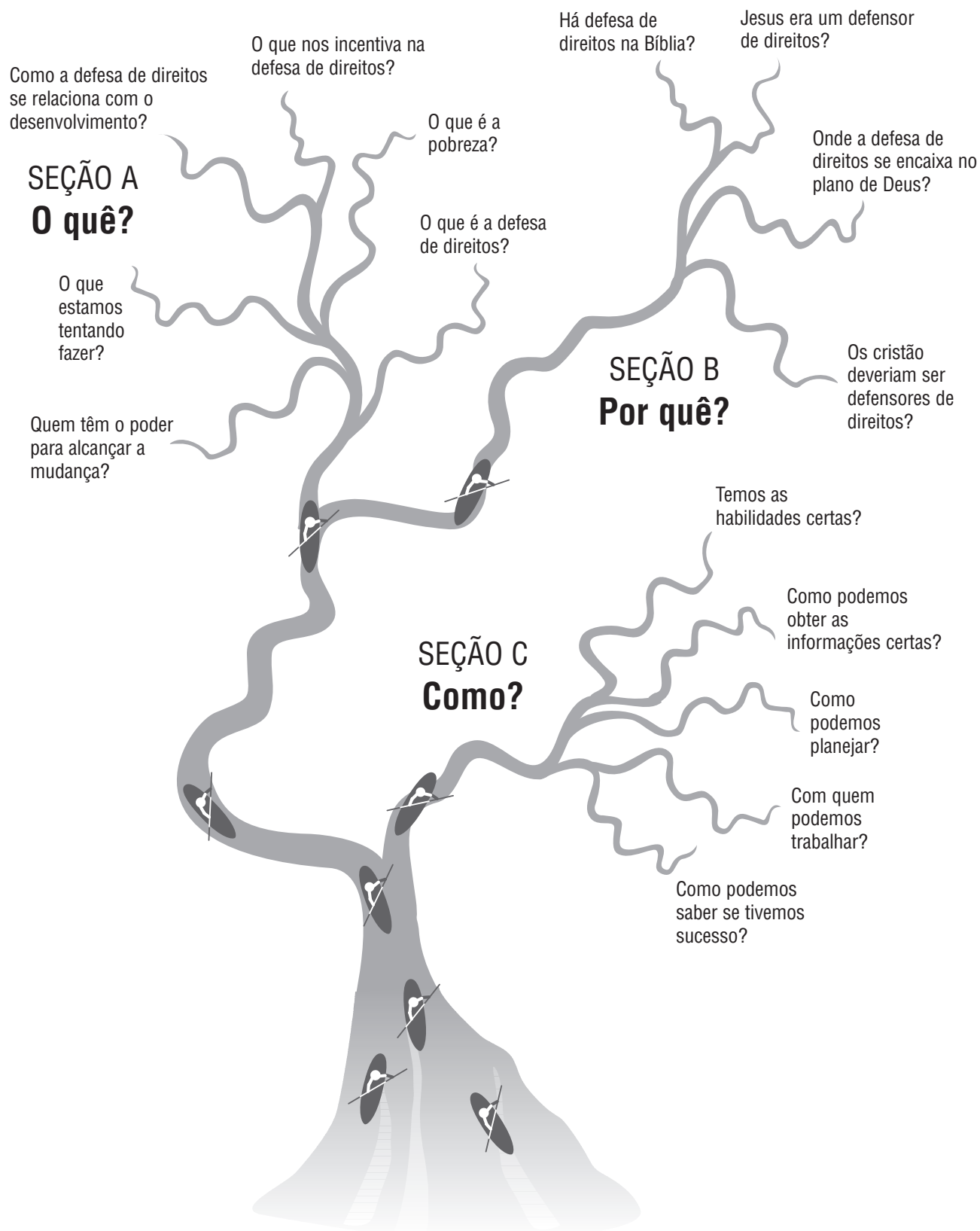
A defesa de direitos traz desafios assim como benefícios. Deve-se lidar com estes desafios com cuidado. Eles podem ser:

- a tentação de se corromper ou de se fazerem concessões devido ao envolvimento com as estruturas do poder
- desvio de recursos e energia de outras atividades de desenvolvimento
- um maior desempoderamento dos grupos, quando se fala por eles sem consultá-los ou sem que eles estejam de acordo
- ameaça de perda de propriedade, emprego ou segurança pessoal.

Se a defesa de direitos for feita com respeito, servindo-se aos outros com humildade e considerando-se cuidadosamente todas as atividades, a maioria dos desafios poderão ser superados. Os benefícios, então, compensarão altamente por qualquer possível efeito negativo. Entretanto, ainda assim é bom estar ciente destes desafios já no início, para se poder fazer um levantamento realista de possíveis ações na defesa de direitos.

Principais questões examinadas neste Kit de Ferramentas

O diagrama de um rio abaixo mostra as principais questões examinadas neste Kit de Ferramentas.



Explicação dos métodos dos exercícios

Abaixo encontra-se uma explicação dos métodos mais usados para os exercícios do Kit de Ferramentas. Há uma lista dos métodos mais adequados no início de cada exercício.

CONCORDO / DISCORDO É lida uma afirmação em voz alta, e as pessoas se colocam em fila, num lugar que indique até que ponto elas concordam ou discordam.

ESTUDOS BÍBLICOS OU ESTUDOS DE CASOS São usados exemplos da Bíblia, experiências dos participantes ou relatos escritos para explorar pontos aprendidos.

DISCUSSÃO EM GRUPOS Os participantes viram-se para as pessoas ao seu lado e discutem uma questão rapidamente. Alguns participantes, então, fazem um resumo de sua discussão para o grupo todo.

PONTOS Os participantes usam pequenos pontos adesivos para votar a favor de sua opção preferida. Por exemplo, são colocados cartões com diferentes definições de defesa de direitos na parede. Os participantes colam os pontos nos cartões com que concordam ou que preferem. Este método incentiva todos a participar e tomar decisões por si próprios.

DESENHO Os participantes desenharam uma figura ou um diagrama para ajudá-los a expressar honestamente o que estão pensando e, então, explicá-lo aos outros.

CARTÕES E NOTAS POST-IT Cartões são pedaços de papelão de aproximadamente 10x20cm. As notas post-it são menores e tem goma adesiva na parte de trás. Os participantes usam-nos para escrever rapidamente palavras ou expressões, que são geralmente coladas na parede ou colocadas no chão para uma maior discussão. Este método assegura que todos participem e ajuda as pessoas a expressar suas próprias reações em relação a questões.

PASSEIO PELA GALERIA São colocados trabalhos na parede, para que todos os participantes os vejam. Eles, então, fazem perguntas às pessoas que os escreveram ou desenharam.

CLASSIFICAÇÃO Uma seleção de objetos ou documentos são colocados em ordem de acordo com um certo critério, tal como sua utilidade.

DISCUSSÃO EM GRUPO PLENÁRIO Uma discussão das questões feita pelo grupo inteiro.

DRAMATIZAÇÃO DE PAPÉIS Os participantes recebem um exercício para fazer, em que dramatizam um papel. Após a dramatização, é importante discutir apropriadamente o que foi visto, tanto com a audiência quanto com os que tomaram parte na dramatização de papéis. Ela ajuda os participantes a consolidar a teoria através da prática.

DISCUSSÃO EM PEQUENOS GRUPOS Grupos de até oito participantes passam algum tempo numa discussão estruturada, podendo apresentar o que discutiram ao grupo plenário de maneira formal.

Glossário

Este glossário explica o significado de palavras difíceis conforme foram usadas neste Kit de Ferramentas.

ad hoc	em resposta a uma situação específica
apreciação do resultado final	retrospecto de um processo, quando este é concluído
banir	excluir alguém de um grupo ou uma sociedade
coerção	uso de força para fazer com que as pessoas façam coisas que não querem fazer
colaborador	que trabalha em conjunto para alcançar algo
coligação	uma parceria entre dois ou mais grupos
confrontante	uma abordagem agressiva
constância	quando se mantém os mesmos padrões ou se repete uma tarefa da mesma maneira
desacreditar	tentar mostrar que a opinião ou as ações de alguém estão erradas
desviar	mudar a direção
discriminar	tratar um grupo de forma pior do que os outros
esclarecer	explicar algo de forma clara ou com mais detalhes
espontâneo	fazer algo de forma não planejada
explosão de idéias	dizer imediatamente qualquer coisa que venha à cabeça sobre um assunto
fazer concessões	fazer um acordo em que cada lado aceita menos do que queria
guarda	ter responsabilidade por algo ou alguém
integrado	que faz parte de alguma coisa
integral	uma parte importante de alguma coisa
integridade	ter valores morais ou padrões profissionais altos
interpessoal	relacionamentos entre as pessoas

lobby	tentativa de influenciar uma política através do contato direto com os formuladores desta política
manifestação	algo que é mostrado como resultado de um ato
matriz	uma tabela ou grade
molde	algo que pode ser usado como guia e preenchido com as informações relevantes
nômade	estilo de vida em que se muda de lugar para lugar
ordem	comando de uma autoridade
participativa	uma atividade em que muitas pessoas podem tomar parte
petição	pedido escrito assinado por muitas pessoas para pedir algo de uma autoridade
pigmeus	um grupo étnico de pessoas de tamanho surpreendentemente pequeno
plenário	o grupo inteiro
preconceito	ter uma atitude negativa
reconciliação	reparo de um relacionamento que se rompeu
redenção	perdão dos pecados pela morte e ressurreição dos mortos de Jesus Cristo
redundante	não mais necessário
relutante	não estar disposto a fazer alguma coisa
repetição	quando duas pessoas ou organizações fazem exatamente o mesmo trabalho
repreender	censurar alguém
senhor da favela	dono de habitações numa favela
sentir empatia	compreender os sentimentos de alguém
sistemático	realizado de forma organizada
solidariedade	ação conjunta e apoio entre as pessoas
subjetivo	baseado na opinião ou nos sentimentos de alguém, ao invés de em fatos



Compreensão da defesa de direitos e do desenvolvimento

A Parte A coloca a defesa de direitos no contexto do trabalho de desenvolvimento. Ela examina tanto as motivações pessoais quanto organizacionais para a defesa de direitos e considera suas vantagens e desvantagens. São explorados os princípios da boa prática na defesa de direitos. Finalmente, há uma seção que ajuda a criar uma compreensão da política e onde esta ocorre. A seção examina os diferentes tipos de poder, como eles operam e como eles deveriam ser bem usados ao invés de abusados.

Seção A1	Pobreza e o desenvolvimento	15
	EXERCÍCIO 1 O que é a pobreza?	15
	EXERCÍCIO 2 O que é uma abordagem cristã para o desenvolvimento?	16
Seção A2	Compreensão da defesa de direitos	21
	EXERCÍCIO 3 O que é defesa de direitos?	21
	EXERCÍCIO 4 Onde ocorre a defesa de direitos?	22
	EXERCÍCIO 5 Possíveis papéis de um defensor de direitos	23
Seção A3	O porquê da defesa de direitos	33
	EXERCÍCIO 6 O que o incentiva no trabalho de defesa de direitos?	33
	EXERCÍCIO 7 Motivos para se envolver no trabalho de defesa de direito	34
	EXERCÍCIO 8 Criação de uma visão para a mudança	34
	EXERCÍCIO 9 Vínculos entre a defesa de direitos e outros trabalhos de desenvolvimento	35
	EXERCÍCIO 10 Benefícios e desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento	36
	EXERCÍCIO 11 Formas de se superarem as preocupações e os riscos no trabalho de defesa de direitos	36
Seção A4	A boa prática na defesa de direitos	43
	EXERCÍCIO 12 Participação	43
	EXERCÍCIO 13 Representação	44
	EXERCÍCIO 14 Prestação de contas	45
	EXERCÍCIO 15 Legitimidade	45
Seção A5	Compreensão da política e do poder	49
	EXERCÍCIO 16 Compreensão da política	49
	EXERCÍCIO 17 Compreensão do poder	50
	EXERCÍCIO 18 Compreensão de seu próprio poder e influência	52
	EXERCÍCIO 19 Mapeamento das relações de poder	53
Seção A6	Estudo de caso aprofundado	59
	ESTUDO DE CASO Campanha contra a Represa Patuca	59

Pobreza e o desenvolvimento

Descrição Esta seção fará uma introdução geral da pobreza e do desenvolvimento. É provável que todos os participantes já usem estes termos, mas eles podem interpretá-los de maneiras diferentes. Esta seção visa ajudar os participantes a chegar a uma compreensão comum da pobreza e o que eles estão tentando fazer no processo do desenvolvimento.

Objetivos da aprendizagem No final da seção, os participantes:

- estarão cientes das diferentes maneiras de se compreender a pobreza
- chegarão à sua própria compreensão de pobreza
- compreenderão como a Tearfund aborda o desenvolvimento
- serão capazes de esclarecer a sua própria abordagem para o desenvolvimento.

Vínculos Esta compreensão forma a base de muitas outras seções. Os principais vínculos são com a SEÇÃO A3 (O porquê da defesa de direitos), SEÇÃO A4 (A boa prática na defesa de direitos) e SEÇÃO A5 (Compreensão da política e do poder).

EXERCÍCIO 1 **O que é a pobreza?**



Objetivo Explorar as diferentes dimensões da pobreza.

Métodos Pequenos grupos, discussão em grupo plenário, apresentação, cartões

Textos para distribuição Definições de pobreza
A armadilha da privação

A pobreza possui muitas dimensões diferentes. É essencial que se compreenda estas dimensões antes de se compreender qualquer tipo de trabalho de desenvolvimento, inclusive o trabalho de defesa de direitos.

- Os participantes escrevem as suas próprias definições de pobreza em cartões e colam-nos na parede ou colocam-nos no chão. Agrupe os cartões e realize uma discussão, usando os textos para distribuição para acrescentar qualquer coisa que tenha faltado.
- Uma outra alternativa é apresentar as citações e definições dos dois textos para distribuição e realizar uma discussão com os participantes, ajudando-os a desafiar as suas próprias percepções e chegar a uma compreensão comum da pobreza.
- Outra maneira de abordar este exercício é usar fotografias que representem diferentes aspectos da pobreza. Os participantes escrevem que aspecto da pobreza eles acham que está sendo mostrado em cada fotografia em notas post-it. Discuta os pensamentos deles e use os textos para distribuição para reforçar a compreensão.

Pontos principais

- Assegure-se de que os participantes compreendam as diferentes dimensões da pobreza.
- Se o problema for a falta de poder, então o empoderamento é essencial para o desenvolvimento.
- A exploração é uma das causas da pobreza. Procurar resolver as causas da pobreza, assim como seus efeitos, é essencial para se resolver a pobreza em si.

EXERCÍCIO 2

O que é uma abordagem cristã para o desenvolvimento?



Objetivo

Explorar uma abordagem cristã para o desenvolvimento.

Métodos

Discussão em pequenos grupos, discussão em grupo plenário, apresentação, cartões, dramatização de papéis

Texto para distribuição

Abordagem da Tearfund para o desenvolvimento

O exercício pergunta: “O que estamos tentando fazer, quando trabalhamos com as pessoas para escapar da pobreza? Qual é a abordagem cristã para o desenvolvimento (missão integral)?” O objetivo é transformar os aspectos negativos da pobreza em objetivos positivos do desenvolvimento.

- Peça aos participantes para imaginarem o impacto de cada aspecto da pobreza identificados no EXERCÍCIO 1 sobre a pessoa envolvida e como ela deve sentir-se. Discuta o que deve ser feito, para se mudar a situação.
- Em grupo, decidam juntos as cinco características mais importantes da missão integral. Os participantes dividem-se em pequenos grupos (2–4 pessoas) e representam cada uma destas características através de uma dramatização de papéis, para mostrar o que querem dizer na prática.

Pontos principais

- Para ser eficaz, a missão integral precisa lidar com todos os aspectos da pobreza e atender as necessidades da pessoa como um todo (espirituais e sociais, assim como econômicas).
- Restaurar os relacionamentos (com Deus e o meio ambiente) é o âmago da missão integral.
- As pessoas envolvidas no trabalho de desenvolvimento precisam ter compaixão pelos pobres e sentir empatia por sua situação.
- O desenvolvimento sustentável consiste em procurar resolver as causas da pobreza e da injustiça. Ele deve pertencer e ser dirigido pela comunidade. O trabalho de defesa de direitos, portanto, faz parte da missão integral.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Definições de pobreza

“Pobreza é falta de poder. É quando as pessoas são incapazes de atender as suas necessidades humanas básicas. A maior parte dela deve-se à falta de oportunidade numa sociedade marcada pela opressão e pela injustiça, resultando no desempoderamento. Os pobres e os não pobres são pessoas criadas à imagem de Deus, criadas para crescer e se transformarem em seres humanos maduros, capazes de atender as suas próprias necessidades socioeconômicas, pessoais, sociais, culturais e espirituais. A pobreza é a falta de poder para desempenhar esse papel incumbido por Deus.”

Rene Padilla
Kairos, Argentina

“Passam pela pobreza as pessoas que têm suas opções limitadas.

A pobreza econômica é a capacidade limitada de se atender as necessidades básicas. A pobreza espiritual é o conhecimento limitado de Deus e de seu Filho, Jesus Cristo, como o Redentor do mundo. A pobreza desumaniza as pessoas, de maneira que elas acreditam que os problemas que enfrentam precisam ser resolvidos por outras pessoas.”

Francis Njoroge
Consultor Independente,
Quênia

“Pobreza é um dos maiores problemas da humanidade. Frequentemente é resultado da corrupção social, da guerra, do desastre físico ou econômico ou da irresponsabilidade pessoal. Sua causa fundamental é o pecado, geralmente cometido contra as pessoas afetadas por ela e não por elas próprias. É um modo de vida doloroso, apreensivo, sem esperança e vulnerável devido à exploração, ao isolamento, à falta de opção e de poder.”

Saul Cruz-Ramos
Armonía, México

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

A armadilha da privação

Robert Chambers (em seu livro *Rural Development: putting the last first*) descreve o que ele chama de “armadilha da privação”, em que cinco “grupos de desvantagens” interagem uns com os outros para prender as pessoas numa situação de desvantagem. Um dos cinco grupos é a pobreza, e esta é usada no sentido restrito de falta de bens. Os outros são a falta de poder, a debilidade física, o isolamento e a vulnerabilidade, os quais são dimensões mais amplas da pobreza. A “armadilha da pobreza” foi criada para representar o contexto rural, mas muitos dos temas são relevantes em qualquer contexto.



POBREZA: FALTA DE BENS Casa pequena, pouca terra, poucos animais ou nenhum. Todos os membros familiares trabalham, a não ser que sejam jovens, idosos ou doentes demais.

DEBILIDADE FÍSICA Adultos incapazes de trabalhar devido a doença, deficiência ou migração de adultos ativos.

ISOLAMENTO O lar é longe ou na margem de uma comunidade e pode não ter acesso a mercados ou informações.

VULNERABILIDADE O lar fica mais pobre por ter de lidar com circunstâncias imprevistas, tais como fracassos na colheita, acidentes, doenças, funerais ou enchentes.

FALTA DE PODER Posição fraca em negociações com as pessoas no controle, ignorância quanto à lei, competição por trabalho.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Abordagem da Tearfund para o desenvolvimento

(Tirado dos Princípios de Funcionamento da Tearfund)

O que é a missão integral?

- A Tearfund acredita que as causas da pobreza e da marginalização sejam complexas, mas se originem de relacionamentos que se romperam. Deus fez o mundo bom, porém a rebeldia humana levou à exclusão, à desconfiança, à cobiça e à injustiça.
- O alvo da missão integral é, portanto, restaurar os relacionamentos com o Criador, com outros na comunidade e com o meio ambiente.
- Jesus Cristo veio trazer esta restauração. Através de sua encarnação, morte e ressurreição, as pessoas são salvas da condenação de Deus, tornam-se parte da nova comunidade de Deus e, um dia, experimentarão a paz e a justiça do Seu reino.
- O enfoque da Tearfund está naqueles economicamente pobres e destituídos de poder, mas nossa preocupação é de ver os relacionamentos restaurados em toda a sua plenitude, não apenas o bem-estar econômico.
- Nossa responsabilidade com Deus é expressa através de nossa resposta aos outros.

Prioridades na missão integral

A PRIORIDADE DOS RELACIONAMENTOS O desejo por bons relacionamentos é o alvo de todas as nossas atividades, pois os bons relacionamentos permitem que vivamos de maneira interdependente em comunidades e no mundo. A Tearfund, portanto, está comprometida com o trabalho em parceria e cooperação com os outros.

A PRIORIDADE DO FUTURO No futuro, Deus estabelecerá um novo céu e uma nova terra. Hoje servimos a Deus na luz desta esperança. Queremos que os ricos e os pobres tenham a esperança de ter um lar nesta nova criação, onde não haverá morte, luto, choro ou dor, e onde Deus estará presente com seu povo. A reconciliação com Deus, através de uma submissão a Jesus Cristo, é a maior necessidade dos pobres, assim como de todas as demais pessoas. A Tearfund, portanto, está comprometida com a proclamação do evangelho.

O contexto da missão integral

ORAÇÃO Existe uma realidade espiritual no desenvolvimento, que freqüentemente é ignorada pela visão secular do mundo. Estamos engajados num conflito espiritual. Portanto, a oração é essencial para o desenvolvimento cristão. A única maneira de se prosseguir e ver mudanças significativas é através do poder e da presença cheia de graça do Espírito Santo.

IGREJA E PARCERIA A Igreja é essencial para o propósito redentor de Deus. Ela é a comunidade na qual Deus vive através do Seu Espírito. A Tearfund está comprometida com o trabalho em parceria com igrejas evangélicas, ajudando-as a desempenhar seu ministério com os pobres. A parceria expressa a solidariedade dos cristãos reconciliados através de Cristo e desenvolve igrejas locais.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Características da missão integral

A abordagem da Tearfund para o desenvolvimento (continuação)

- Compaixão e respeito pelas pessoas carentes, independentemente de suas crenças religiosas.
- Justiça – falar em nome das pessoas destituídas de poder e ajudá-las a falar por si próprias contra a injustiça.
- Caráter – o caráter de Cristo deve ser evidente na maneira como o trabalho é feito – com honradez e justiça, misericórdia e apaziguamento.
- Sensibilidade cultural – reconhecer que os recursos e o conhecimento de todas as culturas e comunidades são valiosos.
- Transformação cultural – reconhecer que nenhuma cultura está livre de defeitos e que os valores do evangelho desafiam todas as culturas em algum momento.
- Prestação de contas mútua, confiança e clareza.
- Boa liderança, que coloca as necessidades dos outros em primeiro lugar.
- Empoderamento, que permite às pessoas fazer escolhas, ter voz e tornarem-se agentes de mudança.
- Participação, de maneira que todos na comunidade sejam proprietários dos projetos realizados.
- Sustentabilidade – um processo contínuo de mudança pessoal e comunitária, que venha de dentro da própria comunidade.
- Integração – ajudar as comunidades a atender suas diferentes necessidades através da cooperação dentro delas mesmas e com outros grupos.

Compreensão da defesa de direitos

Descrição Esta seção fará uma introdução geral da defesa de direitos. Ela se desenvolve a partir da compreensão da pobreza e do desenvolvimento e tem por objetivo colocar a defesa de direitos no contexto do trabalho de atenuação da pobreza e de desenvolvimento.

Objetivos da aprendizagem No final da seção, os participantes

- serão capazes de dar uma definição de defesa de direitos e compreender os componentes básicos
- compreender as diferentes abordagens para a defesa de direitos e as várias situações em que a defesa de direitos pode ocorrer
- compreender os possíveis papéis de um defensor de direitos.

Vínculos Esta seção desenvolve-se a partir da compreensão adquirida na SEÇÃO A1 (Compreensão da pobreza e do desenvolvimento). Ela também está vinculada à SEÇÃO A3 (O porquê da defesa de direitos), SEÇÃO A5 (Compreensão da política e do poder) e SEÇÃO C3 (Planejamento), que analisam os componentes da defesa de direitos de forma mais detalhada.

EXERCÍCIO 3 O que é defesa de direitos?



Objetivo Chegar a uma compreensão da defesa de direitos e de seus componentes básicos.

Métodos Cartões, discussão em pequenos grupos, estudos de caso, plenário, dramatização de papéis

Textos para distribuição Três abordagens para a defesa de direitos
Estudos de casos de defesa de direitos de parceiros da Tearfund
Definições de defesa de direitos
Do que consiste a defesa de direitos?

As pessoas possuem experiências diferentes em defesa de direitos. Algumas reações são positivas, mas outras pessoas podem ter tido experiências ruins, podendo vê-la como algo a ser evitado. Portanto é uma boa idéia iniciar a sessão, descobrindo o que as pessoas compreendem dela e suas reações. Este exercício é usado para mostrar alguns pontos básicos e corrigir enganos comuns. Há muitas maneiras diferentes de se fazer isto. Abaixo, são oferecidas três.

- Os participantes escrevem em cartões as palavras que lhe vêm à mente, quando ouvem as palavras “defesa de direitos”. Cole os cartões na parede ou coloque-os no chão. Os participantes agrupam as idéias por temas. Realize uma discussão, usando os textos para distribuição para acrescentar qualquer coisa que tenha faltado.

- Uma outra alternativa é apresentar o texto para distribuição “Definições de defesa de direitos” e pedir aos participantes para explorarem os temas, questões ou afirmações fundamentais. Use isto como base para chegar a uma compreensão comum da defesa de direitos. Depois, apresente o texto para distribuição “Três abordagens para a defesa de direitos” e peça aos participantes para usarem os estudos de casos para identificar os diferentes tipos de defesa de direitos.
- Uma outra maneira de fazer este exercício é pedir aos participantes para usarem os estudos de casos e seus próprios exemplos para preparar uma dramatização de papéis que represente cada uma destas abordagens para a defesa de direitos. Use isto como base para uma discussão.

Pontos principais

- Há três abordagens para a defesa de direitos (defesa de direitos realizada **para, com** e **pelos** pobres ou pelas pessoas afetadas por uma situação). É provável que a maioria dos participantes inicialmente enfoque a defesa de direitos como “fazer algo **para** outra pessoa”.
- Há diferentes objetivos associados com cada abordagem, tais como tentar mudar políticas ou aumentar a participação.
- A defesa de direitos mais sustentável frequentemente é feita **pelos** pessoas diretamente afetadas por uma situação. Pode ser necessário desenvolver as capacidades antes que isto aconteça. Entretanto, pode haver situações em que as pessoas não possam ou não queiram realizar a defesa de direitos por si próprias, tais como por terem medo.
- Muitas iniciativas de defesa de direitos usam todas as três abordagens em momentos diferentes.
- Alguns participantes podem ter objeções quanto a realizar o trabalho de defesa de direitos. A maioria destas objeções serão vistas em seções posteriores neste Kit de Ferramentas, mas se forem levantadas antes, escreva-as num cartaz na parede, para que os participantes saibam que suas objeções estão sendo levadas a sério.

EXERCÍCIO 4 Onde ocorre a defesa de direitos?



Objetivo

Mostrar que a defesa de direitos ocorre todo o tempo e em todas as situações.

Métodos

Discussão em pequenos grupos, discussão de estudo de caso

Textos para distribuição

Níveis da defesa de direitos

Estudos de casos de defesa de direitos dos parceiros da Tearfund

Muitos participantes provavelmente vêem a defesa de direitos como uma atividade “profissional”, que poucas pessoas podem realizar, em nome do resto da população. Ela pode ser vista como confrontante ou algo feito por políticos a portas fechadas. Este exercício desafiará as pessoas quanto à sua compreensão da defesa de direitos, ajudando-as a ver que ela ocorre em diferentes contextos, todo o tempo.

Usando os estudos de casos dos textos para distribuição, pergunte: “Onde ocorre a defesa de direitos?” e agrupe as respostas, para mostrar que ela ocorre em todos os níveis da tomada de decisões. Pergunte aos participantes por que é necessário que a defesa de direitos ocorra em diferentes níveis.

Pontos principais

- A defesa de direitos ocorre em todos os níveis da tomada de decisão.
- A defesa de direitos é necessária em todos os níveis, porque as decisões a nível superior afetam os níveis mais inferiores. As ações a níveis inferiores podem determinar as políticas a níveis superiores.
- A igreja possui a função fundamental de falar a favor da justiça. Ela tem a vantagem estratégica do conhecimento e dos relacionamentos locais, assim como vínculos com estruturas regionais e nacionais.

EXERCÍCIO 5 Possíveis papéis de um defensor de direitos



Objetivo

Mostrar que as pessoas envolvidas na defesa de direitos podem ter muitos papéis diferentes.

Métodos

Explosão de idéias, discussão em grupo plenário, estudos de casos, discussão em pequenos grupos, desenho

Texto para distribuição

Papéis de um defensor de direitos

- Com base na compreensão dos diferentes tipos de defesa de direitos e onde ela ocorre, faça uma explosão de idéias (tanto com o plenário como em discussão em grupos) sobre os diferentes papéis de um defensor de direitos. Os participantes, então, discutem as características de cada papel e relacionam-nas com exemplos de suas próprias experiências ou usam os estudos de casos para identificar como os papéis funcionam na prática.
- Uma outra alternativa é desenhar cada um dos diagramas “papéis de um defensor de direitos” num cartaz na parede. Peça aos participantes para descreverem o que está acontecendo em cada gravura, escreverem nos cartazes as características do papel e relacionarem-nas com alguns exemplos de sua própria experiência. Eles também podem acrescentar papéis que achem que estejam faltando.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Três abordagens para a defesa de direitos

Tabela de abordagens para a defesa de direitos

	DEFESA DE DIREITOS PARA AS PESSOAS AFETADAS PELA SITUAÇÃO	DEFESA DE DIREITOS COM AS PESSOAS AFETADAS PELA SITUAÇÃO	DEFESA DE DIREITOS REALIZADA PELAS PESSOAS AFETADAS PELA SITUAÇÃO
Trabalho de defesa de direitos feito por	Profissionais, ONGs, líderes de igrejas	Uma mistura de profissionais, ONGs e grupos comunitários locais	Comunidade local, trabalhadores
Principais objetivos da intervenção	Mudança na lei, nas políticas ou na prática	Maior acesso à tomada de decisões Mudança na lei, nas políticas ou na prática Desenvolver a capacidade para a defesa de direitos das pessoas afetadas pela situação	Maior conscientização das possibilidades da defesa de direitos e da capacidade de realizá-la
Características	Questões freqüentemente identificadas por pessoas de fora Geralmente visando as pessoas oficialmente responsáveis pelas decisões	Questões identificadas pela comunidade Planejamento, ação e recursos compartilhados Organizadores externos mobilizam a capacidade	Questões identificadas pela comunidade Aprendizagem através do envolvimento Pode ter colaboração externa considerável no início
Vantagens	Acesso rápido às pessoas responsáveis pelas decisões Bom acesso às informações e ao contexto mais amplo	Aumenta o acesso dos pobres às pessoas responsáveis pelas decisões Desenvolvimento das habilidades e capacidade de defesa de direitos	Empoderamento – os pobres vêm a si mesmos como agentes de mudança Sustentável Pode corrigir o desequilíbrio do poder
Desvantagens	Poderia fortalecer as estruturas de poder existentes Pode não aumentar a capacidade dos grupos locais para agir	ONG freqüentemente no controle, determinando o plano Mais lenta devido à necessidade de acordo entre todas as partes	Acesso a menos recursos e informações Risco de vingança A mudança nas políticas pode levar mais tempo

Adaptado a partir do modelo *Approaches to Advocacy*, de Siobhan Calthrop, Visão Mundial Internacional (2002), inspirado pelo modelo de poder de VeneKlasen e Miller (veja a referência na página 54).

Pode ser apropriado usar uma mistura das três abordagens para a defesa de direitos em diferentes momentos ao longo do processo. As organizações de desenvolvimento que apóiam os princípios da participação e do empoderamento devem ter por objetivo ver os pobres assumindo a defesa de direitos por si próprios e tornando-se agentes de mudança em sua região local. Entretanto, devido ao risco ou à falta de habilidades e conhecimento, a defesa de direitos para outras pessoas pode ser a única opção no início.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Estudos de casos de defesa de direitos de parceiros da Tearfund

Órfãos em Ruanda

A African Evangelistic Enterprise (AEE) trabalha com órfãos cujos pais morreram de AIDS (SIDA) e lares chefiados por crianças na Região de Kibungo, no leste de Uganda. Eles possuem duas associações que operam através de uma oficina de costura e uma loja de marcenaria, onde as crianças são treinadas e vendem seus artigos. A Receita Federal de Ruanda, responsável por recolher os impostos, pediu às associações para pagarem (mas elas não tinham o dinheiro para isto) ou fecharem. A AEE, como parceira destas associações, usou seu tamanho e seus contatos para marcar um encontro com o Ministério das Relações Sociais. No encontro, eles explicaram que as pessoas que trabalhavam nas associações eram órfãos ou membros de famílias chefiadas por crianças e que deviam, assim, ser tratadas de forma mais caridosa e ficar isentas dos impostos. O ministério concordou e disse que todos os parceiros da AEE deveriam ficar isentos, devido ao trabalho de desenvolvimento que estão realizando.

Requerimento para status de refugiado, Egito

O Joint Relief Ministry (JRM) trabalha no Cairo com pessoas deslocadas do Corno da África. Ele oferece apoio espiritual, clínicas médicas, suprimentos de assistência básica, treinamento em habilidades e educação. Em 1998, houve uma tentativa de suicídio na Catedral de Todos os Santos. Isto deu início a um encontro de treinamento em que a comunidade deslocada pediu mais treinamento para ajudá-los a fazer requerimentos e apelos ao ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), o qual é responsável por determinar o status de refugiado no Egito. Embora a comunidade estivesse recebendo apoio material e espiritual do JRM, eles também precisavam saber como apresentar seu caso para o ACNUR, a fim de ter mais chances de receber permissão para permanecer no Egito ou de se estabelecerem permanentemente num outro país.

O JRM, outras instituições colaboradoras e membros da comunidade deslocada iniciaram uma organização de defesa de direitos chamada Musa'adeen (Ajudantes). Eles criaram um manual para orientar as pessoas ao fazerem seus requerimentos ao ACNUR. Foram treinados membros da comunidade deslocada, para que ajudassem outras pessoas no processo dos requerimentos. O grupo trabalhou diretamente com o ACNUR e fez um vídeo para ajudar a diminuir o medo e ajudar os requerentes a apresentar seus casos de forma mais eficaz.

Entretanto, algumas das pessoas treinadas fizeram-no somente para melhorar seus próprios requerimentos, ao invés de ajudar os outros a redigir os seus. A Musa'adeen, assim, começou a assegurar que seus membros treinados operassem a partir de seis centros designados, e os líderes do centro enviaram os nomes dos membros treinados para o ACNUR.

Lições aprendidas:

- Foi necessário apoio contínuo dos treinadores para lhes proporcionar as habilidades e a experiência necessárias para ajudar os outros.
- Foi necessária assessoria judiciária para melhorar o treinamento e obter auxílio com os casos difíceis.
- As boas relações com o ACNUR foram vitais para assegurar que o auxílio prestado fosse útil para melhorar o procedimento que determinava o status.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

**Estudos de casos de defesa de direitos
de parceiros da Tearfund** (continuação)

Paz e Esperança,
Peru

Nos anos 80, foram introduzidas medidas “antiterroristas” severas no Peru, que davam à polícia poderes para prender pessoas por suspeita de terrorismo. Os que eram condenados podiam ser soltos, ou suas sentenças podiam ser diminuídas, se dessem informações que levassem à prisão de outros. As pessoas presas geralmente davam informações falsas, o que resultava em muitas outras prisões injustas. Os cristãos têm, com frequência, sido presos injustamente.

A Paz e Esperança tem defendido direitos de várias formas. Eles primeiro fizeram campanhas para libertar as pessoas inocentes da prisão.

Entretanto, mesmo quando a inocência é provada, a absolvição não é automática. Assim, juntamente com outras organizações de direitos humanos e as igrejas católica e evangélica, a Paz e Esperança tem feito pressão sobre o governo para criar uma Comissão Ad Hoc. Esta comissão recomendará ao Presidente a absolvição das pessoas que foram injustamente presas, para que elas possam ser libertadas. O trabalho de defesa de direitos tem sido feito através de cartas, marchas de protesto e entrevistas com a mídia. Por exemplo, os colaboradores da Tearfund, no Reino Unido, escreveram ao Presidente peruano e à Embaixada no Reino Unido, pedindo que os inocentes fossem libertados.

Quando as pessoas inocentes são soltas, algumas ainda ficam com uma ficha criminal, que as impede de trabalhar. Isto ocorre apesar de haver uma lei que a anula. A Paz e Esperança, assim, está fazendo lobby para que todos as fichas criminais sejam anuladas automaticamente no momento da libertação.

Acesso à saúde e à
habitação, Índia

Mais de três milhões de pessoas em Delhi vivem em favelas. O governo não tem conseguido oferecer serviços, à medida que as favelas crescem. A ASHA trabalha em 30 favelas, realizando trabalho de desenvolvimento comunitário e sanitário.

Os senhores das favelas tomam todas as decisões sobre o que acontece nelas. Muitas vezes, as necessidades dos mais pobres são ignoradas. A ASHA criou um relacionamento com os senhores das favelas e procurou mostrar-lhes que se deve incentivar o desenvolvimento nas favelas. Os Mahila Mandals (Grupos de Ação de Mulheres, que foram mobilizados pela ASHA, para procurar resolver problemas de saúde nas favelas) também têm atuado de maneira ativa no confronto contra os senhores das favelas. Os Mahila Mandals agora apresentam suas preocupações às autoridades locais. Como resultado, a maioria dos grupos agora têm acesso a pontos de abastecimento de água, saneamento e serviços de saúde.

A ASHA também mobilizou 475 famílias em 1989, para formar uma cooperativa habitacional. A ASHA representa a comunidade para a Seção de Favelas do Departamento de Desenvolvimento de Delhi, para organizar empréstimos habitacionais com taxas de juros baixas. Como resultado, a comunidade agora possui casas, ruas, esgoto, água limpa, eletricidade, atendimento médico, uma escola e um parque. Esta iniciativa foi adotada como modelo para a nova política habitacional do governo.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

**Estudos de casos de defesa de direitos
de parceiros da Tearfund** (continuação)

À procura de pão,
Turcomenistão

A organização Jahan atualmente trabalha num assentamento de 350 pessoas refugiadas do Tajiquistão e do Turcomenistão. O povoado possui um abastecimento de gás, mas não possui água corrente, ruas, escolas e, até recentemente, eletricidade. Os habitantes do povoado estão entre os mais pobres do Turcomenistão. O governo não reconhece nenhum líder de povoado local, mas deu a responsabilidade de supervisionar esta comunidade ao líder de um povoado turcomano a 15km de distância.

A Jahan está envolvida na construção de uma escola no povoado. Seus funcionários visitam a comunidade algumas vezes por semana e são freqüentemente abordados pelos habitantes. Numa ocasião, uma mãe solteira muito pobre contou aos funcionários que, desde que o Presidente havia parado suas rações de farinha gratuitas, havia ficado extremamente difícil para ela encontrar pão para os filhos. O coordenador da Jahan foi ver um dos dirigentes da mão-de-obra do povoado para explicar esta situação. Estes, por sua vez, falaram com o líder do povoado, que concordou em trocar uma quota do arroz cultivado na terra designada para aquela família na fazenda da comunidade por uma quantidade periódica de farinha. Esta solução usou os recursos que a mãe já tinha e permitiu que ela fizesse seu próprio pão e alimentasse seus filhos.

Estigma do HIV (VIH)
/ AIDS (SIDA),
Tailândia

Quase 80% das mulheres contaminadas pelo HIV (VIH) do projeto Siam Care tentaram livrar-se dos registros de vacinas de seus filhos, porque apresentavam o carimbo de “HIV (VIH) positivo” em letras grandes na página da frente. Isto dizia a qualquer um que visse a caderneta que a mãe era portadora do HIV (VIH). As mães queriam que sua privacidade fosse respeitada e não queriam que os funcionários do departamento de saúde soubessem que estavam contaminadas com o HIV (VIH) ao lerem as cadernetas de registros de vacinas de seus filhos. Infelizmente, quando as cadernetas eram destruídas, também eram perdidos registros importantes de vacinas, desenvolvimento infantil e saúde.

Em agosto de 2000, a Siam Care juntamente com a CAR (Centre for Aids Rights) organizaram um encontro com outras ONGs que trabalhavam com mulheres contaminadas com o HIV (VIH), para descobrir se o problema também ocorria em algum outro lugar. Foi visto que sim, e esta informação foi documentada. Juntas, as ONGs criaram um novo desenho para as cadernetas de vacinas, que não dizia se a mãe era portadora do HIV (VIH) ou não. A Siam Care e a CAR, então, organizaram um seminário para os representantes do Ministério da Saúde Pública e apresentaram o problema e possíveis modelos para as novas cadernetas de vacinas. O Ministério da Saúde Pública nomeou um comitê (que incluía as ONGs) para considerar uma nova caderneta de vacinas, a qual foi criada em março de 2001, deixando de fora a situação da mãe em relação ao HIV (VIH).

Unindo-se a outras ONGs e preparando o caso aprofundadamente, com informações boas e bem pesquisadas, relatos da vida real e estudos de casos, a Siam Care foi capaz de assegurar que houvesse mudanças, mesmo com um departamento ministerial que trabalha lentamente.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

**Estudos de casos de defesa de direitos
de parceiros da Tearfund** (continuação)

African Revival
Ministries (ARM),
Burundi – trabalho
com o povo batwa

O povo batwa é um grupo de pigmeus de Burundi. Eles costumavam ser nômades até que a política governamental fez com que eles tivessem de se estabelecer em comunidades locais com outros grupos étnicos. Entretanto, isto tem sido difícil porque eles sofrem discriminação. Em Burundi, todas as pessoas têm direito à educação primária, porém alguns professores recusam-se a receber crianças do povo batwa, porque eles não se vestem de forma asseada e porque as classes estão lotadas. Em sua história, as pessoas do povo batwa nunca foram proprietários de terras, e as autoridades locais têm hesitado em oferecê-las a eles. Isto significa que eles não podem construir casas ou cultivar a terra para obter alimento para si próprios.

A ARM tem trabalhado com o povo batwa de várias formas, a fim de procurar resolver seus problemas:

- Eles fizeram lobby com as autoridades e escolas locais, para que aceitassem as crianças deste povo. Isto foi feito através da luta por seu direito à educação, assim como do auxílio para suprir uniformes e material escolar, de forma que as crianças do povo batwa não sofressem discriminação quando estivessem na escola.
- A ARM também fez lobby com as autoridades locais para que fornecessem terras ao povo batwa. Eles começaram na província de Gitega, e, em 2001, o governo local concordou em fornecer um terreno para cada família do povo batwa. A ARM agora está planejando fazer lobby com as autoridades locais da província de Kayanza.
- A ARM tem trabalhado com igrejas, para lidar com seus preconceitos e incentivar os cristãos a se preocuparem com as pessoas do povo batwa em sua comunidade. Algumas igrejas agora os estão ajudando a construir casas nas terras que receberam.

Este processo todo permitiu que o povo batwa tivesse dignidade em Burundi. Eles agora estão defendendo seus próprios direitos à igualdade de tratamento e de acesso aos serviços.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Definições de defesa de direitos

Há várias definições de defesa de direitos: Abaixo oferecemos a definição da Tearfund assim como algumas outras.

“Procurar com os pobres e em seu nome resolver as causas fundamentais da pobreza, trazer justiça e apoiar o bom desenvolvimento, através da influência nas políticas e nas práticas dos poderosos.

A Tearfund vê a defesa de direitos como parte de sua missão de trazer boas novas aos pobres, motivada pela compaixão de Cristo.”

Tearfund

“A promoção de uma mensagem específica e / ou ação a fim de influenciar ou contribuir para com o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que aliviem as causas e as consequências da pobreza.”

Oxfam GB



“Um conjunto planejado e organizado de ações para influenciar de maneira eficaz as políticas públicas e fazer com que elas sejam implementadas de forma a empoderar as pessoas marginalizadas. Numa cultura democrática liberal, ela usa os instrumentos da democracia e adota meios não violentos e constitucionais.”

National Centre for Advocacy Studies, Índia



“Defesa de direitos é o processo de se usar a influência que possuímos devido a nossa presença, experiência, tamanho e programação para trazer benefícios a longo prazo e sustentáveis para os pobres.”

World Vision International



TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Do que consiste a defesa de direitos?

**A defesa
de direitos
consiste de**

- **PERGUNTAR POR QUE?** até chegar à raiz do problema
- **ASSEGURAR QUE O PODER SEJA BEM USADO**, permitindo às pessoas que não têm poder obter acesso a ele e ajudar as pessoas que se sentem impotentes a ver o poder que já possuem
- **EDUCAÇÃO** das pessoas que não têm poder e dos poderosos
- **PROCURAR JUSTIÇA** para os oprimidos ou injustiçados
- **TRAZER MUDANÇA** para indivíduos, através da mudança na sua situação pessoal e nos sistemas, nas estruturas e nas políticas
- **SER UMA VOZ** para os que não têm voz e permitir a estes que encontrem a sua própria voz.

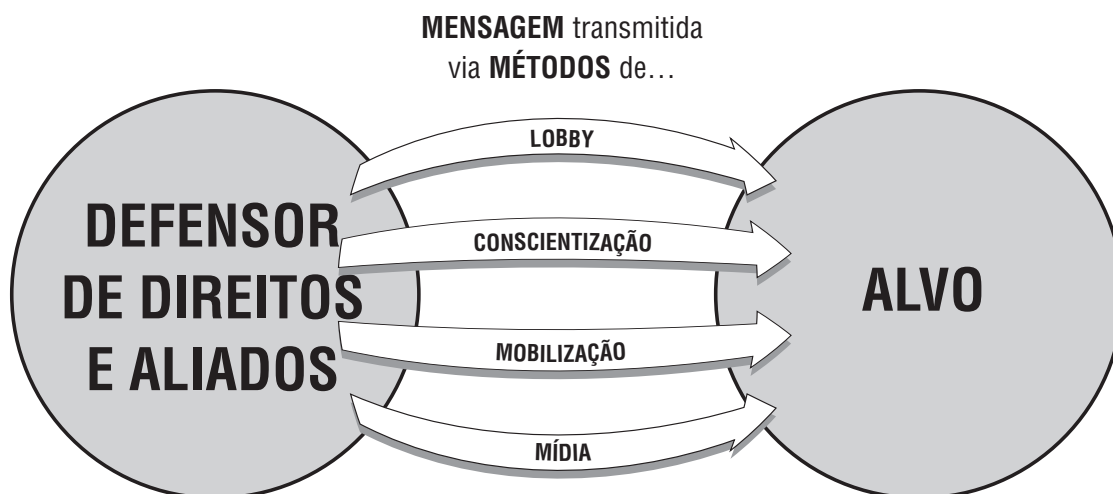
**Atividades
importantes da
defesa de
direitos**

- **DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES**, para que os pobres se tornem eles próprios agentes de mudança
- **TRABALHO EM REDE**, a fim de reunir recursos
- **ORAÇÃO**
- **BOA PESQUISA**, para que o problema e as possíveis soluções possam ser claramente identificados.

A defesa de direitos significa trabalhar com casos individuais, tais como fazer campanha para libertar as pessoas que foram injustamente presas e fazer campanhas relacionadas com questões como o acesso à água.

Os objetivos da defesa de direitos estão baseados na boa pesquisa. Eles devem ser apresentados como uma mensagem clara dirigida às pessoas que possuem o poder, para fazer com que haja mudança (os alvos) ou as pessoas que as possam influenciar. Estas atividades de defesa de direitos são realizadas pelas pessoas envolvidas no trabalho de fazer com que haja mudança (o defensor de direitos, os aliados e os afetados pela situação) e são comunicadas através de uma variedade de métodos e atividades.

Tudo isto combina-se para formar uma estratégia de defesa de direitos, o processo prático da formulação e da implementação do que é explicado na Parte C deste Kit de Ferramentas.



O objetivo geral é mudar as políticas ou práticas específicas do alvo para o benefício dos pobres.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Níveis da defesa de direitos

A defesa de direitos ocorre em muitos níveis, onde quer que haja um relacionamento. Ela varia de acordo com o problema e os tipos de grupos envolvidos. Alguns exemplos de decisões feitas a níveis diferentes são:

Os diferentes níveis
da defesa de direitos



As decisões tomadas em um nível afetam as pessoas em um outro nível. Assim, a defesa de direitos é necessária em todos os níveis, para que a mudança seja duradoura. Por exemplo, a dívida internacional faz com que os governos nacionais tenham pouco dinheiro para gastar na saúde e na educação. Portanto, a autoridade local não pode desempenhar seu papel na provisão de educação primária para todos. O trabalho de defesa de direitos a nível de autoridade local não alcançará muita mudança, a não ser que o problema da dívida a nível internacional também seja resolvido.

As pessoas das comunidades sofrem os efeitos das decisões tomadas em níveis mais altos. Entretanto, as pessoas das comunidades podem influenciar estas decisões através do voto e de lobby com os responsáveis por elas a níveis mais altos.

A igreja está presente em todos os níveis, estando, portanto, numa posição estratégica para fazer com que haja mudança. Ela pode conectar as pessoas das comunidades com as que estão no poder.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Papéis de um defensor de direitos

Um defensor de direitos pode desempenhar papéis diferentes, dependendo dos objetivos. Abaixo são mostradas alguns possíveis papéis:

Possíveis papéis do defensor de direitos

PAPEL	CARACTERÍSTICAS	
Representar	Falar pelas pessoas	
Acompanhar	Falar com as pessoas	
Empoderar	Ajudar as pessoas a falar por si próprias	
Mediar	Facilitar a comunicação entre as pessoas	
Servir de modelo	Demonstrar a prática para as pessoas ou os formuladores das políticas	
Negociar	Negociar algo	
Trabalhar em rede	Criar coligações	

Código

- defensor de direitos
- alvos / pessoas no poder
- pessoas afetadas pela situação

O porquê da defesa de direitos

Descrição Esta seção ajudará os participantes a explorar o que os incentiva em seu trabalho de defesa de direitos e compreender por que a Tearfund está envolvida nela. Ela também explorará alguns dos benefícios e das desvantagens potenciais de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento e possíveis maneiras de resolver estas últimas.

Objetivos da aprendizagem

No final da seção, os participantes:

- serão capazes de identificar o que os motiva em seu trabalho de defesa de direitos
- compreender por que a Tearfund está envolvida no trabalho de defesa de direitos
- compreender a sobreposição entre a defesa de direitos e outros trabalhos de desenvolvimento
- compreender os benefícios e as desvantagens potenciais de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento.

Vínculos

Esta seção está vinculada à SEÇÃO A1 (Pobreza e o desenvolvimento) e à SEÇÃO A2 (Compreendendo a defesa de direitos). Ela também estabelece a base para a SEÇÃO A4 (A boa prática na defesa de direitos) e está vinculada à SEÇÃO C3.6 (Manejo de riscos).

EXERCÍCIO 6

O que o incentiva no trabalho de defesa de direitos?



Objetivo

Que os participantes reflitam sobre suas próprias motivações no trabalho de defesa de direitos.

Métodos

Cartões, trabalho em pequenos grupos e comentários, discussão em grupos, classificação, concordo / discordo

Texto para distribuição

Valores bíblicos

Este exercício é importante, porque, com frequência, o comprometimento das pessoas com a defesa de direitos vem de suas próprias crenças pessoais. Este exercício explora as crenças pessoais que incentivam os participantes e ajuda-os a ver o vínculo entre a defesa de direitos e o desenvolvimento.

Os participantes fazem uma explosão de idéias em duplas ou escrevem diretamente em cartões sua resposta para a pergunta “O que o incentiva no trabalho de defesa de direitos?”.

- Agrupe as respostas e discuta as diferentes motivações em grupo plenário.
- Uma outra alternativa é recolher os cartões sem discussão, ler em voz alta as motivações mais comuns e pedir aos participantes para irem para cada um dos lados da sala, de acordo com até que ponto eles concordam ou discordam da motivação para si próprios. Isto, então, leva-os à uma discussão.

Ponto principal

- Quando as pessoas estão certas de suas próprias motivações, há mais probabilidade de que sejam perseverantes.

EXERCÍCIO 7 **Motivos para se envolver no trabalho de defesa de direito**



Objetivo Explorar as várias razões para se envolver no trabalho de defesa de direitos.

Métodos Discussão em grupo plenário, trabalho em pequenos grupos, apresentação

Textos para distribuição Por que a Tearfund está envolvida no trabalho de defesa de direitos
Valores bíblicos

Há muitas razões para se envolver no trabalho de defesa de direitos. Além das motivações pessoais (EXERCÍCIO 6), estas podem ser:

- a visão, a missão e os valores da organização para a qual a pessoa trabalha
- os valores da comunidade à qual a pessoa pertence
- valores bíblicos
- ser afetado diretamente pela situação
- desejo de uma mudança duradoura.

Os participantes fazem um resumo das possíveis razões ou motivações que as pessoas poderiam ter para se envolverem no trabalho de defesa de direitos. Depois de discutirem estas razões, apresente parte da maneira de pensar da Tearfund, encontrada no texto para distribuição.

Estude o valor que a igreja acrescenta a qualquer trabalho de defesa de direitos ou de desenvolvimento, e como este está vinculado à missão geral da igreja – veja a SEÇÃO B2 (A missão da igreja) e a SEÇÃO B3 (Jesus, o defensor de direitos). Esta seção ajuda os participantes a colocar a defesa de direitos em sua compreensão da missão integral.

EXERCÍCIO 8 **Criação de uma visão para a mudança**



Objetivo Criar uma visão de uma sociedade melhor.

Métodos Discussão em grupos, discussão em grupo plenário

Criar uma visão no início do trabalho de defesa de direitos ou de desenvolvimento é importante, pois ela ajuda o defensor de direitos a se concentrar numa visão positiva para a mudança, não só em problemas ou dificuldades. Este exercício incentiva os participantes a pensar sobre seu mundo perfeito, seja ele uma visão geral para seu país ou uma visão mais específica para sua própria região local. A visão proporciona um objetivo final, que as pessoas estão tentando alcançar, e ajuda a motivá-las.

Faça algumas das seguintes perguntas aos participantes, para que eles comecem a pensar e expressar seus sonhos:

- Como seria o seu mundo perfeito?
- Como você gostaria de ver sua vizinhança ou comunidade daqui a dez anos?

- Em que tipo de mundo você gostaria que seus filhos vivessem?

Peça aos participantes para escrever, desenhar ou dramatizar suas visões.

EXERCÍCIO 9

Vínculos entre a defesa de direitos e outros trabalhos de desenvolvimento



Objetivo

Mostrar os fortes vínculos entre a defesa de direitos e outros trabalhos de desenvolvimento.

Métodos

Cartões, discussão em grupo plenário

Texto para distribuição

Por que a Tearfund está envolvida no trabalho de defesa de direitos

É importante criar os vínculos necessários entre a defesa de direitos e outros trabalhos de desenvolvimento, para que a defesa de direitos seja vista como parte integral do trabalho de desenvolvimento e não como algo separado. O melhor trabalho de defesa de direitos é aquele que é motivado por preocupações existentes quanto ao desenvolvimento de uma comunidade.

Dê a todos um cartão ou uma nota post-it e divida os participantes em dois grupos. Cada pessoa do primeiro grupo escreve uma razão para se envolver num projeto ou programa de desenvolvimento com o qual já esteja familiarizada, tais como a perfuração de poços ou a melhoria nas práticas agrícolas. Cada pessoa do segundo grupo escreve uma razão para se envolver no trabalho de defesa de direitos. Os dois conjuntos de razões são, então, colocados em duas folhas de álbum seriado, representando os “círculos” da defesa de direitos e do desenvolvimento. Entre as duas folhas, é colocada uma folha de papel em branco, que representa a sobreposição. Peça aos participantes para colocarem os cartões semelhantes ou relacionados dos círculos da defesa de direitos e do desenvolvimento na folha em branco entre as duas outras folhas. Faça isto até que sejam feitas todas as conexões.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E DEFESA DE DIREITOS



Ponto principal

- Não há uma sobreposição completa entre os dois círculos, mas os objetivos finais dos projetos e programas de desenvolvimento e do trabalho de defesa de direitos são os mesmos: restaurar os relacionamentos com Deus, entre as pessoas e com o meio ambiente e procurar resolver os problemas da pobreza e da injustiça.

EXERCÍCIO 10

Benefícios e desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento



Objetivo

Identificar os benefícios e as desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento.

Métodos

Discussão em grupo plenário, apresentação, discussão em grupos, discussão em pequenos grupos, classificação

Texto para distribuição

Benefícios e desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento

Divida os participantes em dois grupos e peça a um que faça uma explosão de idéias sobre os benefícios e, ao outro, sobre as desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento. Escreva os benefícios e as desvantagens em cartões e peça aos participantes para os colocarem em ordem, desde o aspecto mais positivo da defesa de direitos até o mais negativo. Discuta por que o grupo chegou a essa conclusão e entregue o texto para distribuição.

Pontos principais

- A defesa de direitos é uma das várias possíveis opções para se procurar resolver os problemas da pobreza e da injustiça.
- A defesa de direitos nem sempre é a melhor resposta.
- Cada caso precisa ser considerado cuidadosamente de acordo com o contexto.

EXERCÍCIO 11

Formas de se superarem as preocupações e os riscos no trabalho de defesa de direitos



Objetivo

Explorar maneiras de se superarem preocupações comuns, ameaças e riscos da defesa de direitos.

Métodos

Discussão em grupos, discussão em pequenos grupos, discussão em grupo plenário, apresentação, dramatização de papéis

Texto para distribuição

Preocupações comuns com o trabalho de defesa de direitos e como superá-las

Divida o grupo em duplas ou pequenos grupos e dê a cada grupo um cartão com uma ou mais das preocupações, riscos ou desvantagens identificados no exercício anterior ou no texto “Preocupações comuns com o trabalho de defesa de direitos e como superá-las”. Cada grupo discute como as preocupações, os riscos ou as desvantagens podem ser superados e diz sobre o que discutiu ao grupo plenário, para que haja discussão.

Uma outra abordagem é que os participantes preparem uma pequena dramatização baseada nos estudos de casos do texto para distribuição, para ilustrar como a preocupação foi superada.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Por que a Tearfund está envolvida no trabalho de defesa de direitos

Consulte a definição da Tearfund de defesa de direitos, dada no texto para distribuição na SEÇÃO A2.

**Principais
razões para o
envolvimento no
trabalho de
defesa de
direitos**

ESTAR MOTIVADO PELA COMPAIXÃO DE CRISTO Cristo é nossa motivação e nossa força em tudo o que fazemos. Ele tem compaixão pelas pessoas carentes, que sofrem injustiça, opressão ou pobreza. Nossa compaixão está baseada no amor e na misericórdia que Cristo nos mostrou.

CUMPRIR A MISSÃO DA IGREJA DE TRAZER BOAS NOVAS Deus usa a igreja para ajudar a estender seu Reino. Isto inclui pregar, orar, preocupar-se pelas pessoas carentes, defender a causa dos outros, falar contra a injustiça, trabalhar para que haja mudança e cuidar da criação de Deus. A defesa de direitos é, portanto, parte da missão geral da igreja. Somos motivados a fazer isto por nossa obediência a Deus, compaixão e para orientar as pessoas em direção a Jesus.

VER OS POBRES COMO AGENTES DE MUDANÇA Parte do processo de desenvolvimento é ajudar os pobres a verem-se como agentes de mudança. O trabalho de defesa de direitos pode ajudar a realizar isto, de maneira que os pobres estejam mais no controle de suas vidas e sejam mais capazes de participar da tomada de decisões que afeta o futuro de sua comunidade e sua região mais ampla.

PROCURAR RESOLVER AS CAUSAS FUNDAMENTAIS DA POBREZA E DA INJUSTIÇA E OFERECER SOLUÇÕES DURADOURAS O trabalho de desenvolvimento deve lidar com as causas fundamentais da pobreza assim como procurar resolver os sintomas, de maneira que o desenvolvimento seja sustentável. A defesa de direitos procura resolver as causas fundamentais perguntando que políticas, práticas ou outros fatores estão causando a pobreza e a injustiça e desafiando-os.

COMPARTILHAR A PRÁTICA DO BOM DESENVOLVIMENTO Uma parte fundamental do trabalho de defesa de direitos é mostrar o que funciona na prática e convencer os outros a fazer o mesmo. Para os cristãos, isto faz parte do que significa ser uma luz para o mundo, demonstrando o Reino de Deus. Trabalhar a partir da boa prática de desenvolvimento e promover a mudança positiva é essencial para o trabalho de defesa de direitos. O trabalho de defesa de direitos não é apenas evitar a mudança negativa.

INFLUENCIAR PARA QUE HAJA UMA MUDANÇA MAIOR O trabalho de defesa de direitos pode gerar ou atrair recursos e ação que não existiriam em projetos de desenvolvimento individuais. Como resultado, o trabalho de defesa de direitos pode ter um efeito multiplicador significativo no trabalho de desenvolvimento que já está ocorrendo.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Valores bíblicos

Pontos principais

- Os valores bíblicos são constantes, mas só se tornam nossos valores, quando vivemos de acordo com eles.
- Porque cada um de nós prioriza os valores de maneiras diferentes, devemos ter cuidado para compreender como e por que os outros priorizaram os valores em sua abordagem da defesa de direitos.

Alguns valores bíblicos vinculados ao trabalho de defesa de direitos são:

COMPAIXÃO

Pelos vulneráveis, marginalizados e oprimidos. Foi dito aos israelitas “a nenhuma viúva nem órfão afligireis” (Êxodo 22:22) e para que cuidassem dos pobres (Levítico 23:22). O salmista fala de Deus como sendo “cheio de compaixão e grande em benignidade” (86:15) e “lento para se irar e rico em amor”.

JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

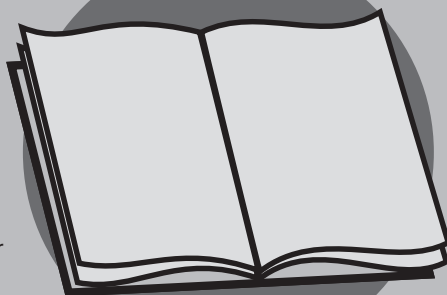
Muitas das leis em Levítico foram escritas para promover a justiça, tais como usar medidas justas para o comércio (19:36), não cobrar juros (25:36), distribuição justa de terras (25:8-54) e pagamento de salários justos para os trabalhadores (Malaquias 3:5).

AMOR E RESPONSABILIDADE ATIVA PARA COM OS OUTROS

Jesus colocou amor na essência de todos os mandamentos (Mateus 22:37-40).

GUARDA SÁBIA DOS

RECURSOS que significa tratar o meio ambiente com respeito, tomando-se o devido cuidado com todos os animais, peixes, pássaros e usando-se os recursos naturais da Terra para o benefício de todas as pessoas e não apenas de algumas. (Gênesis 1-2).



IGUALDADE DE TODOS OS SERES HUMANOS PERANTE DEUS

Isto inclui igualdade sem importar a idade, o sexo, a raça ou a inteligência e reconhece que os seres humanos são feitos à imagem de Deus (Gênesis 1-2).

PARTICIPAÇÃO

e responsabilidade das pessoas ao determinarem suas próprias vidas e as vidas das pessoas na comunidade e nas nações.

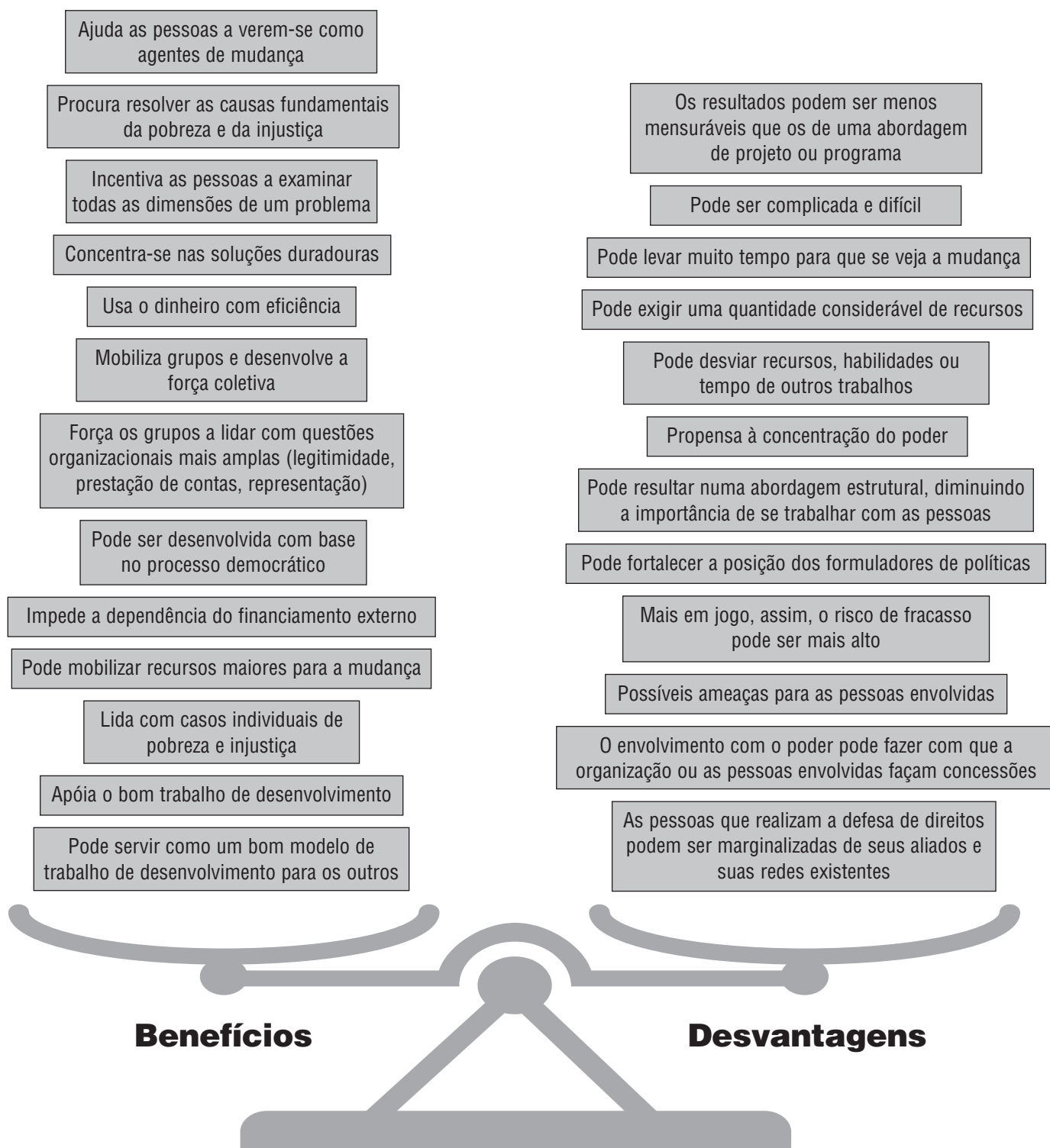
RECONCILIAÇÃO E PAZ DENTRO DAS COMUNIDADES

Deus quer que todas as pessoas vivam em paz umas com as outras, e a reconciliação é essencial em seu plano (Mateus 5:9). Precisamos promover os relacionamentos pacíficos e colaboradores dentro das comunidades e procurar a reconciliação em todas as situações.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Benefícios e desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento

O trabalho de defesa de direitos pode nem sempre ser a melhor abordagem para o desenvolvimento. A tabela abaixo examina as vantagens e desvantagens de uma abordagem de defesa de direitos para o desenvolvimento. Algumas destas vantagens e desvantagens também aplicam-se a uma abordagem de projeto ou programa para o desenvolvimento.



TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Preocupações comuns com o trabalho de defesa de direitos e como superá-las

Muitas organizações têm preocupações quanto a se envolverem na defesa de direitos. Algumas preocupações comuns estão arroladas abaixo, com conselhos sobre como superá-las.

“Se nos manifestarmos, haverá ameaça para nós mesmos ou para as pessoas por quem nos estamos manifestando.”

- Em circunstâncias extremas, podem ser fechados prédios, podem ser confiscadas propriedades ou as pessoas podem perder seus empregos, parar na prisão ou ser fisicamente ameaçadas como resultado da participação no trabalho de defesa de direitos, principalmente em países em que a execução das leis é fraca.
- Se houver risco potencial, os defensores de direitos e as pessoas afetadas pela situação devem estar cientes sobre ele antes de agir.
- Use organizações de fora do país ou realize a defesa de direitos como parte de uma coligação, a fim de não chamar muita atenção.
- Crie relacionamentos fortes com algumas pessoas no poder, que possam servir de vínculo com outros ou ajudá-lo, se você estiver em dificuldades.

Igrejas, Sudão

O Conselho de Igrejas do Sudão (CIS no norte) e o Novo Conselho de Igrejas do Sudão (NCIS no sul) representam a maioria das denominações cristãs do Sudão. Eles possuem departamentos de informações e defesa de direitos e reúnem informações sobre questões tais como a escassez de alimento, lutas, abusos dos direitos humanos, o processo de pacificação e o movimento de refugiados. Eles usam estas informações para alertar a mídia mundial, o governo sudanês e a comunidade internacional sobre a situação. Eles também passam as informações para uma rede de agências de desenvolvimento e direitos humanos na Europa e na América do Norte, que faz lobby e campanhas em seu nome, principalmente quando é difícil para as igrejas falarem diretamente no Sudão.

“Seremos banidos, se nos manifestarmos.”

- Alguns trabalhos de defesa de direitos podem acarretar um risco para as pessoas envolvidas de serem banidas da comunidade, perderem amigos e, em casos extremos, perderem os empregos.
- Esteja ciente destes riscos.
- Minimizar o risco respeitando as pessoas com poder e influência e dando-lhes explicações claras sobre o que está sendo feito.

“Não sabemos o suficiente sobre a situação.”

- Entre em contato com outras organizações e redes, para ver quais possuem informações e já estão envolvidas no trabalho de defesa de direitos na questão. Você pode descobrir que coletivamente vocês já possuem todas as informações e contatos necessários.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Preocupações comuns com o trabalho de defesa de direitos
(continuação)

“A defesa de direitos é confrontante.”

- Nem sempre é assim. Muitas vezes, os governos e as autoridades estão cientes da existência do problema e aceitam sugestões sobre como ele pode ser solucionado.

Innerchange House of
Hope, Camboja

No Camboja, milhares de meninas com menos de 18 anos são atraídas para a prostituição e vivem e trabalham em bordéis. A lei cambojana diz que as meninas que querem sair dos bordéis devem ser libertadas, mas muitas delas não estão cientes desta lei, os donos dos bordéis não a divulgam e muitas das pessoas responsáveis pela execução das leis estão incertas quanto aos seus detalhes.

A primeira tarefa era tornar a lei mais compreensível e disponível. Um funcionário da Innerchange, que tinha experiência com servidores públicos e era mais velho e respeitado na comunidade, fez um resumo da lei em vigor e pediu ao Governador para assinar um documento endossando-o. Ele o fez, e o resumo de uma página foi dado à polícia e aos donos de bordéis, para assegurar que as meninas com menos de 18 anos pudessem ser libertadas dos bordéis.

A questão principal foi tornar a informação acessível aos implementadores-chaves das políticas e dar-lhes os instrumentos e a confiança para implementar uma lei que já existia.

“Romanos 13 manda que nos submetamos à autoridade, assim, o trabalho de defesa de direitos, que desafia a autoridade, está contra os ensinamentos bíblicos.”

- A pressuposição sobre a autoridade, no que foi escrito por Paulo, é que as pessoas no poder sejam servos de Deus. Isto aparece logo depois de Romanos 12, quando Paulo diz aos cristãos que não paguem o mal com o mal, mas que superem o mal com o bem. Ele lhes diz que deixem espaço para a ira de Deus, a qual será administrada em parte através de seus servos, que estão em posição de autoridade na Terra. Entretanto, o que acontece, se as pessoas em posição de autoridade não estão governando de acordo com as leis de Deus? Não podemos simplesmente nos sentar e assistir a um governo abusar de seu poder e de sua função como servo de Deus. É nossa função, tanto como cidadãos como cristãos, fazer com que os governos prestem contas, para que eles desempenhem a função que Deus lhes designou.

Associação
Evangélica do
Camboja (AEC)

O governo do Camboja está preocupado com a questão da pornografia. A igreja e muitos outros grupos concordam com o ponto de vista do governo e querem mostrar que o apóiam. Isto não só dá ao governo a confiança para agir de forma mais drástica, mas incentiva as igrejas a cooperar e realizar discussões detalhadas sobre como alcançar este objetivo comum.

A Comissão Juvenil, um grupo que funciona dentro da AEC, formada por pastores cambojanos, profissionais cristãos e jovens cristãos, está incentivando as igrejas a organizar uma Marcha Contra a Pornografia. Serão convidados para a marcha grupos de mulheres de igrejas de dentro e de fora da cidade de Phnom Penh, para protestar contra o rápido aumento de vídeos e revistas explícitas. Estão programadas várias palestras em igrejas antes da marcha. A marcha inclui a Comissão Juvenil da Irmandade Evangélica do Camboja, as Comissões de Mulheres e o público.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

“Somos pequenos demais e não faremos nenhuma diferença.”

Propaganda de
cigarros, Sri Lanka

“A defesa de direitos pode criar expectativas não realistas sobre a rapidez com que a mudança pode vir.”

“A defesa de direitos desviará recursos de outras formas de trabalho.”

“A defesa de direitos pode comprometer as pessoas da organização e a organização como um todo.”

Preocupações comuns com o trabalho de defesa de direitos
(continuação)

- Use as informações, os contatos e as redes que você já tem e forme alianças.
- Converse com tantas outras organizações quanto possível, para descobrir se elas estão agindo quanto à questão ou para saber de outros que estejam.

A organização parceira da Tearfund Navajeevana é um grupo de pessoas que vivem juntas em comunidades cristãs, ajudando-se umas às outras, enquanto procuram libertar-se do vício de drogas. Elas queriam reagir contra uma grande campanha de propaganda de cigarros que estava usando como alvo os portos de Galle e Colombo. Uma empresa de tabaco internacional estava usando um iate como estratégia promocional principal, além de estar distribuindo materiais promocionais com sua marca. As escolas foram convidadas a levar suas crianças a bordo do iate, e a Navajeevana achou que isto era um caso de exploração, que promovia uma imagem glamourosa do fumo.

A Navajeevana visitou escolas e incentivou-as a cancelar as visitas propostas ao iate, a fim de beneficiar e proteger as crianças. A Navajeevana decorou um ônibus como se fosse um iate e dirigiu-o pelos bairros locais, fazendo teatro de rua e zombando dos slogans de propaganda da empresa de cigarros. Quando o iate finalmente chegou, havia pouco interesse na campanha de publicidade. Os habitantes locais também se conscientizaram mais sobre os riscos associados ao fumo.

- Assegure-se de que a comunidade participe da identificação dos problemas, propondo soluções e avaliando suas chances de influenciar a mudança.
- Estabeleça uma estratégia de defesa de direitos realista, que leve em consideração os recursos disponíveis, as habilidades da comunidade, a acessibilidade dos alvos e a probabilidade de mudança.
- Se possível, o trabalho de defesa de direitos deve provir de outras atividades de desenvolvimento existentes.
- Um perigo do trabalho de defesa de direitos é que a organização ou comunidade se aproxime demais das pessoas no poder e faça concessões quanto à sua mensagem, esquecendo-se das pessoas que está representando ou não as representando de forma precisa. Promova a formulação participativa de políticas, para assegurar que a política seja formulada por um grupo de pessoas.
- Assegure-se de que a oração esteja por trás de todas as ações e que haja uma compreensão clara de qualquer ordem bíblica para a ação.
- Evite a condenação nas atividades de defesa de direitos.
- Assegure que as pessoas afetadas pela situação se representem a si próprias.
- Assegure que diferentes pessoas tenham contato com as pessoas responsáveis pela tomada de decisões, para que todos os contatos e a influência não estejam concentrados numa só pessoa (geralmente o Diretor).
- Possua um sistema interno claro de prestação de contas.

A boa prática na defesa de direitos

Descrição Esta seção ajudará os participantes a relacionar sua compreensão da boa prática no trabalho de desenvolvimento existente com a boa prática no trabalho de defesa de direitos. Ela deve ajudar as pessoas a evitar a tentação de se apurarem para fazer o trabalho de defesa de direitos pelos outros. Ela se concentra nos princípios da representação e da participação, da prestação de contas e da legitimidade, que asseguram que o trabalho de defesa de direitos seja feito com os outros, ou que lhes seja dada a oportunidade de fazê-los por si próprios.

Objetivos da aprendizagem No final da seção, os participantes serão capazes de compreender questões fundamentais referentes à:

- participação
- representação
- prestação de contas
- legitimidade

e considerar maneiras de lidar com estas questões em sua organização.

Vínculos Esta seção possui vínculo com a SEÇÃO A1 (Pobreza e o desenvolvimento), SEÇÃO 2 (Compreensão da defesa de direitos) e SEÇÃO A3 (O porquê da defesa de direitos). Ela também está vinculada à SEÇÃO C3.2 (Objetivos), SEÇÃO C3.4 (Partes interessadas) e SEÇÃO C4.2 (Trabalho em rede).

EXERCÍCIO 12 **Participação**



Objetivo Explorar os benefícios e as desvantagens da participação no trabalho de defesa de direitos por parte das pessoas diretamente afetadas pela situação.

Métodos Dramatização de papéis, discussão em grupo plenário

Textos para distribuição Participação e representação
Prestação de contas

Este exercício fortalecerá a importância de que a defesa de direitos seja realizada **pelos** ou **com** os pobres, ao invés de **para** eles.

Dramatização de papéis

Divida as pessoas em dois grupos com um máximo de oito em cada grupo. Os participantes restantes servem de observadores. Aponte um líder em cada grupo e dê a cada grupo uma tarefa prática simples.

- **O primeiro líder** desempenha o papel de um líder controlador, que só permite que suas próprias decisões sejam implementadas. Ele não tolera outras pessoas do grupo que tentem assumir o comando ou ignorá-lo. Mesmo quando não está certo do que fazer a seguir, ele precisa ser firme e confiante.
- **O segundo líder** é muito mais democrático. Ele pede a opinião das pessoas e incentiva todos os membros do grupo a participar. Ele não impõe sua própria resposta e não se importa que as pessoas não cheguem a uma solução.

Discussão em grupo

- O que os observadores viram?
- Como os participantes de cada grupo se sentiram?
- Como o líder de cada grupo se sentiu?
- Os participantes podem dar exemplos de onde viram estes tipos de comportamento?
- Quais são os resultados dos diferentes tipos de liderança?

Discuta os benefícios e as desvantagens da defesa de direitos participativa e como os participantes podem garantir uma verdadeira participação em seu próprio trabalho.

EXERCÍCIO 13

Representação



Objetivo

Formular os princípios da boa representação.

Métodos

Dramatização de papéis, perguntas orientadas, discussão em grupo plenário, apresentação

Textos para distribuição

Participação e representação
Prestação de contas

Dramatização de papéis

Uma trabalhadora é demitida do emprego por causa de um mal-entendimento – ela levou uns sapatos que achava que estavam sendo jogados fora para casa e foi acusada de roubo. Ela vai para casa e conta o ocorrido à mãe.

- **Primeira situação** A mãe sente-se ultrajada, quando a filha começa a explicar a situação. Ela não espera para ouvir a história toda e sai pela porta afora, vai direto ao dono da loja e exige que dêem o emprego de volta à filha.
- **Segunda situação** A mãe fica triste pela filha e pede-lhe que conte a história toda. A mãe, então, pergunta à filha o que ela quer fazer. Elas concordam em irem juntas ver o dono da loja, para explicar a história toda, para que ela tente conseguir seu emprego de volta.

Discussão em grupo

- O que aconteceu? O que você observou?
- Como cada pessoa foi representada? O que houve de bom e de ruim quanto a isto?
- Peça a cada pessoa da dramatização de papéis para falar sobre como se sentiu.
- Através dos estudos de casos e de outras experiências, o que podemos concluir sobre os princípios da boa representação no trabalho de defesa de direito?

EXERCÍCIO 14 **Prestação de contas**



Objetivo

Ajudar as pessoas a ver por que, a quem e como elas devem prestar contas.

Métodos

Discussão em grupos, cartões, discussão em grupo plenário

Textos para distribuição

Participação e representação
Prestação de contas

Os participantes trabalham em duplas para definir “prestação de contas” e compartilham a definição com o resto do grupo. Escreva os temas comuns numa folha de álbum seriado e pergunte por que é importante prestar contas no trabalho de defesa de direitos e a quem os defensores de direitos devem fazê-lo. Faça uma explosão de idéias sobre métodos de prestação de contas dentro das organizações, tais como descrições de cargos claras e a monitorização e a avaliação periódica. Os participantes sugerem maneiras de melhorar a prestação de contas dentro de suas organizações.

EXERCÍCIO 15 **Legitimidade**



Objetivo

Compreender nossas bases de legitimidade.

Métodos

Discussão em grupo plenário, discussão em grupos, pequenos grupos, apresentação

Texto para distribuição

Legitimidade

Freqüentemente pressupomos que temos legitimidade. Assim, é útil compreender em que nos estamos baseando para pressupor nossa legitimidade e a quem precisamos prová-la.

Trabalhe com duplas, para definir “legitimidade”. Discuta os temas comuns com o plenário. Divida os participantes em dois grupos. O primeiro grupo representa os que estão realizando o trabalho de defesa de direitos para outras pessoas. O segundo grupo representa os que estão fazendo o trabalho de defesa de direitos para si próprios. Pergunte de que grupos ou partes interessadas os dois grupos de participantes precisam receber legitimidade e qual é a base de sua legitimidade.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Participação e representação

Na SEÇÃO A2, as três abordagens para a defesa de direitos mostraram que esta pode ser feita **para** as pessoas afetadas, **com** as pessoas afetadas e **pelas** pessoas afetadas pela situação. Cada uma delas pode ser válida em certas circunstâncias, mas, para se alcançar a sustentabilidade a longo prazo, é vital que, sempre que possível, a defesa de direitos seja feita **pelas** pessoas afetadas pela situação. Mesmo que a defesa de direitos esteja sendo feita para os outros no início, é vital que as pessoas que estão sendo “representadas” sejam incluídas em todos os estágios do processo de defesa de direitos, tais como na definição do problema, proposta de solução e determinação de estratégia.

Participação

Vantagens

- As soluções provavelmente funcionarão melhor
- As soluções têm mais chances de serem aceitas pela comunidade
- A capacidade da comunidade é desenvolvida no processo
- Desafia-se o desequilíbrio do poder
- A comunidade depende menos da ajuda externa
- Assegura-se uma maior prestação de contas

Desvantagens

- Leva mais tempo
- Usam-se mais recursos
- A comunidade é mais vulnerável aos riscos

Representação

Se você estiver representando outras pessoas, por qualquer razão que seja, há algumas perguntas básicas a serem feitas:

- Eles lhe pediram (direta ou indiretamente) que você fizesse a defesa de direitos para eles?
- Eles colaboraram com a posição que você está propondo e oferecem colaboração contínua?
- Eles estão contentes com as ações que você está propondo?
- Eles estão devidamente cientes dos riscos envolvidos?
- Eles estão informados sobre o progresso?
- Eles estão desenvolvendo sua capacidade para realizar a defesa de direitos por si próprios?

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Prestação de contas

A prestação de contas examina como as decisões são tomadas e a quem as pessoas devem dar satisfações pelas decisões e atitudes que tomaram. Ela ocorre onde quer que haja um relacionamento, como:

- na comunidade local
- entre funcionários e colaboradores
- entre organizações
- entre financiadores e beneficiários.

Alguns benefícios da prestação de contas são:

- propriedade e participação de todos os envolvidos na iniciativa de defesa de direitos
- uso das habilidades de diferentes pessoas, o que aumenta a probabilidade de sucesso
- maior sustentabilidade do trabalho de defesa de direitos
- maior legitimidade com os formuladores das políticas
- prevenção de que as pessoas sejam marginalizadas na tomada de decisões.

Há várias aplicações fundamentais da prestação de contas para uma organização, entre elas:

- descrições de cargos, funções claras e um processo claro para a decisão de políticas
- identificação de alguém a quem todos da organização prestem contas
- maneiras para que todas as partes interessadas dêem sua opinião sobre as operações e o desempenho da organização
- monitorização, relatórios e avaliação das atividades
- documentação da missão, da visão, dos valores e da estratégia.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Legitimidade

O trabalho de defesa de direitos depende de um comprometimento a longo prazo com as pessoas e as questões. Este comprometimento a longo prazo e a parceria são a base fundamental da legitimidade. Se você tiver legitimidade, haverá mais probabilidade de que as pessoas escutem o que você tem a dizer.

A base da legitimidade difere de acordo com a parte interessada específica à qual você está falando. Alguns dos principais relacionamentos são mostrados abaixo.

Alguns dos principais relacionamentos da legitimidade

PARTES INTERESSADAS DE QUEM VOCÊ QUER LEGITIMIDADE	BASE DA LEGITIMIDADE (DEFESA DE DIREITOS <i>PARA</i> OU <i>COM</i> AS PESSOAS AFETADAS PELA SITUAÇÃO)	BASE DA LEGITIMIDADE (DEFESA DE DIREITOS FEITA <i>PELAS</i> PESSOAS AFETADAS PELA SITUAÇÃO)
Pessoas diretamente afetadas pela situação	Mesmos valores e crenças Participação por parte das comunidades na identificação de problemas e soluções e no desenvolvimento e na implementação da estratégia Acesso aos responsáveis pelas decisões e exposição precisa das preocupações a eles Relacionamento a longo prazo	Tomada de decisões coletiva na comunidade ou no grupo Propostas realistas Análise clara da situação Apoio contínuo para as pessoas afetadas pela situação Respeito pela variedade de opiniões
Formulador de políticas (por exemplo, governo, empresa)	Membros, renda, etc de uma organização Vínculos da organização (financiadores, colaboradores, redes, outros formuladores de políticas) Experiência Acesso a grupos de base	Diretamente afetado pela situação Informações precisas Soluções relevantes Opinião unificada na análise e na proposta de soluções
Parceiro de coligação	Mesmos objetivos e valores Habilidades e experiência Acesso aos responsáveis pelas decisões Tamanho e recursos disponíveis	Diretamente afetado pela situação Mesmos objetivos e valores Habilidades e experiência

Compreensão da política e do poder

Descrição Esta seção ajudará os participantes a compreender o significado de política e poder. Ela examina quem possui o poder numa determinada situação. A compreensão de como e onde as decisões são tomadas é vital para influenciar e fazer com que haja mudança.

Objetivos da aprendizagem

No final desta seção, os participantes:

- serão capazes de definir política
- compreender o poder e suas diferentes dimensões e relacioná-lo com a defesa de direitos
- compreender os usos e abusos do poder
- saber quem possui o poder em sua situação específica.

Vínculos

Esta seção está diretamente vinculada à SEÇÃO A2 (Compreensão da defesa de direitos). Ela também está vinculada à SEÇÃO A3 (O porquê da defesa de direitos) e à SEÇÃO B4 (Opções para o envolvimento).

EXERCÍCIO 16

Compreensão da política



Objetivo

Compreender o que é a política e onde ela ocorre.

Métodos

Cartões, pequenos grupos, discussão em grupo plenário

Quando a palavra “política” é mencionada, ela geralmente causa uma grande variedade de reações animadas. Algumas pessoas dizem que ela não deve ser tocada, outros a adotam. Este exercício ajuda as pessoas a chegar a uma compreensão de política e ver a variedade de contextos em que ela opera e, portanto, a necessidade de se envolver nela.

Em duplas, os participantes fazem uma explosão de idéias com as primeiras coisas que lhes vêm à cabeça, quando pensam sobre política, escrevendo-as em cartões. Realize uma discussão com base nas respostas dadas. Depois, divida os participantes em três grupos. Dê a cada um deles uma definição de política, conforme mostrado abaixo, e peça-lhes para responderem à pergunta “Quem está envolvido na política?”, com base na definição que lhes foi dada. Discuta isto em grupo plenário e, depois, realize uma discussão sobre por que os cristãos deveriam envolver-se na política.

Como a questão é controversa, pode ser necessário resumir a discussão e assegurar que todos estejam contentes, antes de seguir adiante.

Definições de política

- Política (com a letra maiúscula “P”): Ato de governar um estado ou país
- política: interação de todas as formas de poder
- política: “a arte de viver juntos numa comunidade” (John Stott)

Pontos principais

- A Política é o exercício do poder e a interação das pessoas com poder.
- A definição restrita de Política (com a letra maiúscula “P”) refere-se ao ato de governar um estado ou um país e limita-se aos políticos profissionais.
- A definição ampla de política (com a letra minúscula “p”) considera a interação de todas as formas de poder, o que ocorre sempre que há um relacionamento. Portanto, todos são políticos e têm o potencial para influenciar o que acontece em suas vidas, suas comunidades e seus países.
- Os cristãos precisam usar a política para fazer com que haja mudança na sociedade e manterem-se fiéis ao chamado de Deus.

EXERCÍCIO 17

Compreensão do poder



Objetivo

Compreender o poder e as diferentes formas que ele assume.

Métodos

Dramatização de papéis, cartões, discussão em pequenos grupos, discussão em grupo plenário, apresentação

Textos para distribuição

As três faces ou dimensões do poder
Estudos de casos sobre o poder
Tipos de poder
Abuso de poder

Antes da dramatização de papéis, pergunte aos participantes se eles alguma vez tiveram uma experiência de abuso de poder.

Dramatização de papéis

Em duplas, os participantes fazem uma rápida dramatização de papéis, para mostrar diferentes tipos de pessoas interagindo umas com as outras e a dinâmica do poder envolvido nos relacionamentos. Possíveis papéis são:

- **Marido e mulher** A mulher quer fazer um treinamento, mas o marido não está gostando da idéia. Ele controla o dinheiro e também a ameaça com violência.
- **Vendedor ambulante e policial** O policial está tentando mandar embora o vendedor que está vendendo seus artigos do lado de fora de um hotel caro por causa das reclamações do gerente, mas o vendedor ambulante recusa-se, sabendo que, por lei, ele tem permissão para ficar ali.
- **Executivo e secretária** O executivo faz com que a secretária fique esperando do lado de fora de seu escritório, pede-lhe que o chame de “senhor”, pede-lhe que fique até mais tarde, etc.
- **Juiz e réu** O réu é inocente das acusações de roubo, mas o juiz pede um suborno, para deixá-lo ir embora, o qual o réu não quer pagar.

Depois da dramatização de papéis, pergunte aos participantes: “Que tipos de poder são mostrados nesta dramatização de papéis? Há algum outro tipo de poder?” Escreva uma lista e, então, apresente os textos para distribuição “Tipos de poder” e “As três faces ou dimensões do poder”.

Apresente os estudos de casos no texto para distribuição e peça aos participantes para identificarem as dimensões e os tipos de poder mostrados em cada um.

Pontos principais

- O poder é a habilidade de se fazer com que algo seja feito, mesmo que você esteja impedido de fazê-lo devido às suas circunstâncias.
- O poder determina quem toma as decisões e que decisões são tomadas.
- O poder possui três faces – aberta, fechada e invisível (veja o texto para distribuição), as quais correspondem aproximadamente aos três tipos de defesa de direitos (**para**, **com** e **pelos** pobres ou pessoas afetadas pela situação).
- É importante dedicar-se a todas as três faces do poder e não apenas à face aberta (defesa de direitos **para** os outros).
- Todos possuem poder, mas os três principais tipos que geralmente vemos são os mostrados pelas figuras públicas que tomam as decisões: poder econômico, autoridade e poder da força, e estes são geralmente abusados.
- Há muitas outras formas de poder, freqüentemente ocultas, inclusive a informação ou a experiência, a organização ou as conexões, e ter-se uma voz legítima. Neste sentido, todos possuem poder. Coletivamente, temos mais poder do que como indivíduos.
- A falta de poder pode ocorrer, porque as pessoas estão numa posição em que não podem usar seu poder ou em que os outros não reconhecem o poder que elas possuem.
- Defesa de direitos significa usar o poder e a influência para convencer os outros, que geralmente possuem um poder e uma influência maiores em termos de dinheiro, força e autoridade, a fazer o que você quer que eles façam. Para isto, é preciso compreender e tirar o máximo proveito do poder que você já tem e usá-lo de forma legítima (veja a SEÇÃO A4).

Defesa de direitos e o poder

A defesa de direitos consiste de:

- fazer com que as pessoas prestem contas sobre o seu uso do poder
- tentar mudar o uso do poder
- obter acesso ao poder para as pessoas excluídas
- ajudar as pessoas a ver que formas de poder possuem (o primeiro passo do empoderamento).

EXERCÍCIO 18

Compreensão de seu próprio poder e influência



Objetivo

Que os participantes compreendam suas próprias fontes de poder e oportunidades de influência.

Métodos

Folha de trabalho, trabalho em grupo, discussão em grupo plenário

Textos para distribuição

Tipos de poder
Abuso de poder

Usando o texto para distribuição, os participantes identificam as diferentes formas de poder que eles, suas comunidades ou suas organizações possuem e pensam sobre como podem usá-las, para influenciar os outros.

Este exercício é feito em pequenos grupos, em duas partes:

- Uma avaliação do poder que cada pessoa ou organização acha que possui, graduando cada tipo de poder de 1 a 5 (em que 5 significa muito poder).
- Uma avaliação da influência que eles acham que recebem das pessoas responsáveis pelas decisões por conta de seu poder, graduando cada tipo de poder de 1 a 5, de acordo com a percepção de uma pessoa responsável pelas decisões específica, tal como uma autoridade local ou um departamento governamental.

Pontos principais

- Compreender nossas próprias fontes de poder é um passo vital em direção ao empoderamento.
- O poder deve ser usado com integridade. Precisamos compreender nossa identidade, que fundamentalmente vem do fato de sermos filhos de Deus, que foram libertados para servir (João 8:36), e de que nosso poder vem de Deus.
- Nossa influência depende, em parte, do poder que possuímos e, em parte, da percepção do poder que possuímos que as pessoas responsáveis pelas decisões têm. Grande parte do trabalho de defesa de direitos é desperdiçado, porque não reconhecemos a influência que as pessoas no poder permitem que tenhamos.
- Pode haver situações em que não tenhamos muito poder sobre as pessoas responsáveis pelas decisões, mas que tenhamos poder para influenciar as pessoas ou organizações que, por sua vez, podem influenciar as pessoas no poder.

EXERCÍCIO 19

Mapeamento das relações de poder



Objetivo

Mapear o cenário político (localização e distribuição de poder) dentro de um país.

Texto para distribuição

Tipos de poder

Para ser capaz de lidar com qualquer dimensão do poder, é necessário compreender quem possui o poder na sua situação, tanto formalmente (quem possui o poder oficialmente) quanto informalmente (quem realmente possui o poder). Muito tempo pode ser desperdiçado, se você se concentrar em alguém com o poder oficial, quando outra pessoa é quem está tomando todas as decisões por traz do pano.

Um método de mapeamento das relações de poder na sua região local ou no seu país é pedir aos participantes para selecionarem os principais grupos. É melhor limitar estes grupos a aproximadamente 12, para que o exercício não se torne muito complicado. Estes podem ser:

- | | | |
|------------------------------|----------------------|---------------------------|
| ■ empresas internacionais | ■ comunidades | ■ polícia / militares |
| ■ professores / sanitaristas | ■ partidos políticos | ■ sindicatos trabalhistas |
| ■ governos estrangeiros | ■ ONGs | ■ governo |
| ■ igrejas e outras fés | ■ mídia | ■ empresas locais. |

Os participantes recortam um círculo de papel para cada um dos grupos, com o tamanho do círculo de acordo com o que acham que seja o seu nível de influência. Coloque-os em ordem de acordo com as relações que possuem uns com os outros. Se possível, os participantes devem primeiro identificar os tipos de poder e influência que cada grupo possui e, então, como os participantes podem colocar-se numa posição que lhes seja possível influenciá-los, tanto diretamente quanto através de outras pessoas.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

As três faces ou dimensões do poder

	FACE ABERTA	FACE FECHADA	FACE INVISÍVEL
O poder opera através de	Sistema político aberto Processo claro de tomada de decisões	Um sistema político mais fechado, em que certos grupos são excluídos ou sofrem discriminação	Prevenção de conflito através do sigilo e do controle de informações Culpar os outros para se legitimar a desigualdade
A falta de poder deve-se a	Falta de recursos para competir com eficácia Não participação por opção	Barreiras, tais como sexo ou raça, que mantém certos grupos afastados Desorganização Falta de informações	Falta de conscientização sobre questões Crença de que a pobreza é culpa da própria pessoa e que nada pode ser feito
O objetivo da defesa de direitos é	Uso correto do poder Prestação de contas pelo uso do poder	Acesso ao poder Mudança nas relações de poder	Conscientização sobre o próprio poder e a capacidade para usá-lo Conscientização sobre a questão e suas causas
Tipo de defesa de direitos	Para, com ou pelas pessoas	Com ou pelas pessoas	Pelas pessoas
Algumas características da defesa de direitos	Lobby com base nas questões Liderado por profissionais De acordo com as regras do jogo Escolha de questões que possam ser conquistadas	Questões identificadas pela comunidade Organizações de base poderosas que desafiam estruturas Organizadores externos desenvolvendo a capacidade local	Liderança de base Educação para desenvolver a conscientização política, a confiança e a compreensão Aprendizagem através do envolvimento
Perigos e limitações	Pode não desenvolver a participação, a organização ou a conscientização nos grupos de base Não desafia os sistemas e as estruturas injustas	Não desafia o desequilíbrio do poder para os mais marginalizados Depende de um organizador externo Pouco aumento na conscientização sobre o sistema de poder mais amplo	Pode não engajar a comunidade no processo de mudança político formal Pode ignorar a importância da auto-organização Pode não usar os vínculos com outros grupos

Adaptado a partir de um modelo de poder, de VeneKlasen e Miller em VeneKlasen's *Action guide for advocacy and citizen participation* (2002) página 27 (fonte original Gaventa, Lukes e Guinier (1997) *Advocacy Sourcebook*, IDR).

Uma campanha de defesa de direitos pode encarregar-se de todas as três dimensões do poder. Entretanto, muitas delas presumem que todo o poder é aberto e visível. Elas visam apenas as mudanças nas políticas e falar pelas pessoas afetadas pela situação e, portanto, não lidam com as questões da falta de poder e da marginalização.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Reforma nas Leis
Florestais, Honduras –
**face fechada
do poder**

Estudos de casos sobre o poder

A Associação para uma Sociedade mais Justa (ASJ) é uma organização de justiça social que trabalha em Honduras. Em 1999, o presidente de Honduras apresentou uma proposta para a reforma da legislação florestal que permitiria que grandes partes da floresta nacional fossem vendidas para as empresas madeireiras, as quais poderiam decidir se iriam ou não reflorestar a terra. A importância das florestas nacionais de Honduras para os agricultores pobres e os grupos indígenas que vivem nessas regiões foi ignorada. Vendo as consequências potencialmente devastadoras, a ASJ juntou-se a representantes de vários setores (grupos indígenas, cooperativas, uma rede evangélica, ecologistas agrícolas e grupos de agricultores) para formar uma aliança chamada Aliança Hondurenha Agroflorestal (AHA) e tentar retificar a legislação proposta.

A AHA contratou consultores para analisar a proposta e apresentar contrapropostas razoáveis ao governo. Eles iniciaram uma campanha através da mídia, para informar o público quanto ao problema e pressionar o governo para negociar. A campanha através da mídia constou de conferências com a imprensa, fóruns na televisão e na rádio, relatórios da imprensa e uma página na web com análises detalhadas e relatórios.

O governo concordou em não levar nenhuma reforma da legislação florestal ao Congresso até que ela tivesse sido aprovada por um comitê formado por representantes da AHA, do governo e das empresas madeireiras. Por 18 meses, a AHA esteve envolvida em negociações neste comitê e continuou a usar os consultores para informar o público, a mídia e os membros do comitê sobre as contrapropostas. Não só todas as propostas da AHA foram aceitas, mas certos grupos marginalizados, tais como os agricultores pobres, as cooperativas e os grupos indígenas, puderam participar, pela primeira vez, da formulação de uma lei que os afetava diretamente.

CORD Ruanda
e UNICEF –
**face aberta
do poder**

A UNICEF projetou um programa nacional de desenvolvimento do abastecimento de água em Ruanda. Ele examinava os problemas de abastecimento de água do país de um ponto de vista nacional e oferecia uma solução padronizada para cada região local. A parceira da Tearfund, CORD, recebeu uma quota de materiais e dinheiro da UNICEF em 1998, para proteger 40 nascentes na região em que trabalhava.

Entretanto, a maioria das nascentes daquela região eram tecnicamente muito difíceis de proteger. O governo havia incentivado as pessoas a se mudarem do vale onde as nascentes estavam localizadas para o topo das colinas. A CORD não queria realizar o plano da UNICEF, porque havia encontrado outras nascentes a oeste, que seriam mais fáceis de proteger e forneceriam água mais limpa e de maneira mais fácil. A CORD queria convencer a UNICEF que seria insensato e não prático realizar a solução proposta e que a CORD deveria usar o dinheiro e os materiais para proteger nascentes do outro local.

No início, a CORD foi aos escritórios da UNICEF para reuniões, fez telefonemas e escreveu cartas, mas isto não funcionou. Assim, a CORD mudou seus métodos de defesa de direitos. Ela convidou representantes da UNICEF para visitar o local de proteção das nascentes proposta pela UNICEF no vale. Eles caminharam desde o topo das colinas, onde as pessoas estavam morando, até embaixo, no vale, onde as nascentes estavam situadas, e novamente até o topo. Este era o caminho que as mulheres teriam de fazer para obter água das nascentes protegidas. Ao subirem a colina novamente, os funcionários da UNICEF mudaram de idéia, pois viram que a solução não era prática. Em 1999, a UNICEF concordou com que a CORD usasse os materiais para proteger as nascentes do outro local ao invés daquele.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Pumwani, Quênia –
**face oculta
do poder**

Estudos de casos sobre o poder (continuação)

O Centro Comunitário de São João é uma Organização de Serviço Comunitário Cristão que trabalha com os moradores de favelas de Pumwani. Um de seus objetivos é trabalhar com a comunidade para empoderá-la com informações sobre questões de direitos humanos, a fim de ajudá-la a agir contra casos de violações dos Direitos Humanos.

Há muito tempo a comunidade tem sofrido assédio e brutalidade por parte da polícia. Eles não tinham nenhuma confiança nos executores da lei ou em si próprios para poderem agir. Em 2000, a Academia de Artes de Pumwani, um grupo envolvido na educação da comunidade quanto a questões de direitos humanos, começou a trabalhar com o Centro Comunitário de São João para lidar com a questão do assédio policial.

Eles informaram a polícia local de que iam fazer shows e convidaram-na a estar presente. Os shows consistiam de uma peça e danças para informar a comunidade sobre seus direitos e incentivá-los a se insurgirem contra qualquer tipo de assédio policial. A audiência teve a oportunidade de fazer perguntas quanto à questão. O Centro de São João estabeleceu contato com uma organização que lidava com os direitos humanos e a democracia, que respondeu às perguntas e questões levantadas.

Sem que o grupo soubesse, havia policiais vestidos à paisana assistindo às peças, os quais contaram o que estava acontecendo aos seus superiores. A brutalidade e o assédio policial diminuíram drasticamente, e a comunidade agora é segura.

No início, muitas pessoas estavam com medo de que a peça piorasse o relacionamento entre a polícia e a comunidade. Entretanto, por causa da maneira clara e honesta em que tudo foi feito e do envolvimento de toda a comunidade, o relacionamento melhorou. A comunidade também descobriu o potencial dos recursos individuais e coletivos que possui e que ainda não havia sido usado.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Tipos de poder

	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
Econômico	Dinheiro ou bens	As pessoas compram ou param de comprar de uma loja ou empresa específica O doador ameaça diminuir uma subvenção Oferecer um suborno para obter um favor
Autoridade	Posição oficial para tomar decisões	Um juiz sentencia um ladrão a pagar uma multa Um político local decide se será construída uma escola Um pastor expulsa alguém da congregação
Coerção / força	Medo, se você não fizer algo	O exército ameaça queimar um povoado Gangues intimidam e ferem pessoas durante as eleições
Privilegio / conexões	Quem você conhece	Persuadir o governo a dar terra barata a sua família Tornar-se bispo, porque você conhece o arcebispo
Legitimidade	Reconhecido como voz válida pelos outros	Representante eleito do sindicato trabalhista Pessoa idosa reconhecida na comunidade
Organização / trabalho em rede	Organizado de forma a usar seus pontos fortes	A comunidade é mobilizada para defender direitos para que haja mudança Vínculos com outras organizações
Institucional / reputação	As pessoas respeitam ou sentem medo da instituição	A organização é respeitada, por exemplo: a igreja A organização é temida, por exemplo: o governo A pessoa é uma figura pública popular
Informações / conhecimento	Compreensão, informações e experiência	Profissional treinado, por exemplo: médico Boa pesquisa e compreensão do problema e propostas de solução realistas Novas idéias em que os outros não pensaram
Espiritual / identidade	Relacionamento com Deus	Compreensão de quem você é perante Deus Orientação de Deus Compreensão do amor e desejo de Deus pela justiça
Cultura / tradição	Sistema de crenças e comportamento	Tradição contra autoridade desafiadora Crença no destino e em que todos merecem o que recebem da vida Forte comprometimento com a família e a comunidade
Serviço / compaixão	Desejo de ajudar os outros	Motivado por interesse pelos outros e não por lucro egoísta Comprometimento com o empoderamento dos outros para que falem por si próprios Valores que os outros respeitam, com os quais concordam ou que desejam
Recurso	Ter algo que outra pessoa quer	Oferecer acesso às comunidades Oferecer acesso a igrejas numa região específica

Com base nas diferentes formas de poder que possui, você pode convencer ou influenciar as pessoas que estão numa posição em que podem tomar as decisões para agir de forma mais igualitária.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Abuso de poder

- Muitos dos problemas que tentamos resolver no trabalho de defesa de direitos surgiram através do abuso de poder, tais como suborno no governo local ou uso de força para retirar pessoas de suas terras.
- Ao tentar resolver os problemas, é vital que não abusemos nós mesmos do poder. Somos chamados para sermos líderes servis.
- Se quisermos realizar a defesa de direitos com integridade, os tipos de poder tais como a força e o suborno não devem ser vistos como uma opção.
- É importante não buscar o poder ou a influência por eles próprios, mas, ao invés disto, transformar as relações de poder, para que elas sejam mais justas e adequadas e atendam as necessidades das pessoas.

Perigos a serem evitados

PROMESSAS VAZIAS Se prometer fazer algo, você precisa assegurar-se de que o cumprirá. Senão, as pessoas perderão a confiança em você, e você terá menos probabilidade de ser escutado no futuro.

ABUSO DE PRIVILÉGIO Evitar os processos democráticos e oficiais para obter o que você quer pode lhe dar um resultado imediato, mas há o risco de fortalecer o desequilíbrio de poder. Também evite buscar privilégios especiais para a igreja, pois você poderia ser acusado de abuso de poder.

O USO DA FORÇA jamais deve ser usado para obter o que você quer, pois você estaria simplesmente copiando os abusos dos opressores.

REIVINDICAÇÕES FALSAS DE LEGITIMIDADE E REPRESENTAÇÃO Se você tiver acesso às pessoas responsáveis pelas decisões, você deve assegurar-se de que realmente representa as pessoas que você diz representar.

MÁ PESQUISA E MÁ INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES Você precisa assegurar-se de que está apresentando seus próprios fatos e os das pessoas com pontos de vista opostos de maneira precisa, para manter a integridade e ter boas soluções. A boa pesquisa é a base de toda a defesa de direitos.

O SUBORNO jamais deve ser considerado. Ele vai contra os princípios do bom desenvolvimento, inclusive da prestação de contas, da abertura e da clareza. Ele também pode fazer com que sejam tomadas más decisões, porque a maioria das pessoas são excluídas da tomada de decisões.

Estudo de caso aprofundado

Campanha contra a Represa Patuca

Este estudo de caso pode ser usado com muitos dos exercícios, em particular nas SEÇÕES A2, A3 e A5. Algumas perguntas para se refletir são:

- Que abordagens para a defesa de direitos são usadas (**para, com ou pelas** pessoas afetadas pela situação)? Por que você acha que elas são usadas? Você concorda com a abordagem?
- Que faces do poder são evidentes (aberta, fechada, oculta)?
- Que tipos de poder as diferentes partes interessadas possuem, e no que está baseada sua legitimidade?
- O que poderia ser feito, no futuro, para minimizar o risco?
- O que você faria na situação da MOPAWI, para assegurar que a represa não fosse construída no futuro?

Direitos à terra em Honduras

A MOPAWI é uma parceira da Tearfund sediada na região hondurenha de La Mosquitia, na América Central. Nesta região, há uma vasta área de floresta equatorial intacta, em sua maior parte protegida. A MOPAWI trabalha com o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas da região. Quando a MOPAWI começou seu trabalho, descobriu que os povos indígenas acreditavam que as terras onde viviam pertenciam a eles, quando, de fato, estas eram classificadas como terras nacionais. Isto significava que ninguém possuía título de posse e que qualquer um poderia estabelecer-se “pacificamente” nas terras e, após alguns anos, declará-las como suas. Assim, uma das primeiras coisas que a MOPAWI fez foi conscientizar as pessoas sobre a questão da posse das terras e ajudá-las a se organizarem a nível comunitário, para obter a concessão dos direitos a elas. Fazem quase dez anos que a população indígena tem estado em negociações com o governo.



Foto: Mike Webb, Tearfund

Floresta equatorial na região de La Mosquitia.

O projeto da Represa de Patuca

Honduras não tem condições de fornecer eletricidade suficiente para satisfazer as necessidades atuais de sua população, e, desde os anos 60, o governo tem reunido dados do Rio Patuca (em La Mosquitia), a fim de decidir se ele seria uma fonte adequada de energia hidroelétrica. Já havia uma represa em funcionamento num local diferente no país, mas, durante uma estação seca muito longa em 1994, ela teve de diminuir drasticamente sua produção de eletricidade e introduzir o racionamento. Desde então, Honduras tem tido de comprar eletricidade de países vizinhos, e o governo tem sofrido pressão destes e de sua própria indústria, para criar sua própria fonte segura de eletricidade.

Em 1996, o governo contratou duas empresas norte-americanas para construir uma represa no Rio Patuca, dando-lhes concessões para vender-lhes de volta a eletricidade pelos 40 anos seguintes. Na realidade, o governo havia dado direitos a fontes naturais para empresas estrangeiras, enquanto que os dez anos de “negociações” com a população indígena ainda não havia resultado em nada.

As empresas contrataram uma agência da Costa Rica para examinar o provável impacto da represa proposta no meio ambiente e nas pessoas no local. O exame foi concluído em apenas seis semanas, causando preocupações de que este houvesse sido apressado para que a empresa pudesse ser começada o mais rápido possível.

As preocupações da MOPAWI

A MOPAWI estava preocupada com as consequências devastadoras que esta represa teria em la Mosquitia:

- A represa evitaria que o rio se alagasse, impedindo que a terra fosse fertilizada e reduzindo, assim, a produção de alimento.
- O Rio Patuca fornece o principal meio de transporte da região. A represa baixaria o nível das águas e dificultaria a navegação dos barcos para cima e para baixo.
- Estava planejada a construção de uma nova rodovia, a qual abriria a região para a migração de pessoas para a região, ameaçando os direitos à terra da população indígena, criando pressão num ecossistema já frágil e aumentando a derrubada de árvores.
- A eletricidade era destinada para as principais cidades industriais, e La Mosquitia seria o último local do país a receber um abastecimento constante.

Um geólogo também havia fornecido provas de que, com a alta precipitação pluvial anual e o ecossistema frágil propenso à erosão, a represa ficaria obstruída depois de apenas alguns anos. O resultado seria, portanto, a destruição do meio ambiente e nenhum abastecimento de eletricidade contínuo no final.

O Rio Patuca fornece
o principal meio de
transporte da região.



Foto: Mike Webb, Tearfund

Ação de defesa de direitos

TRABALHO EM REDE COM ORGANIZAÇÕES O primeiro passo da MOPAWI foi trabalhar com outros grupos interessados, para que estes formassem uma coligação constituída de grupos ambientais, grupos de povos indígenas e representantes do governo local. Como a população havia sido mobilizada anteriormente para a questão dos direitos à terra, as pessoas estavam organizadas e acostumadas a se representarem em todos os níveis.

TRABALHO COM A COMUNIDADE Ao mesmo tempo, a MOPAWI passou a trabalhar em várias atividades de conscientização, entre elas, seminários com pessoas em la Mosquitia, um programa semanal na rádio nacional com discussões por telefone e uma conferência para a imprensa com a mídia hondurenha.

LOBBY A NÍVEL GOVERNAMENTAL A MOPAWI também se encontrou com o governo e as empresas envolvidas na construção da represa, para discutir as questões e apresentar suas preocupações. Isto foi feito em reuniões particulares, assim como numa discussão pública na capital, para a qual foram convidados o governo, empresas, grupos indígenas, grupos ambientais e a mídia.

LOBBY COM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A MOPAWI entrou em contato com o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Internacional, para alertá-los sobre os efeitos sociais e ambientais da construção da represa de Patuca, que eles estavam financiando.

TRABALHO A NÍVEL INTERNACIONAL No início de 1997, a MOPAWI entrou em contato com organizações parceiras no Reino Unido, tais como a Tearfund, e nos Estados Unidos, tais como a Native Lands Group e a International Rivers Network. A MOPAWI pediu-lhes que fizessem pressão externa sobre o governo de Honduras e sobre as empresas, a fim de deter os planos da represa.

Objetivos da campanha

A coligação exigiu que fosse feito o seguinte:

- Um estudo do impacto ambiental de, pelo menos, 18 meses, para que os efeitos prováveis sobre o meio ambiente e os animais durante todas as estações pudessem ser compreendidos.
- Uma investigação séria de todas as possíveis alternativas para o fornecimento de energia elétrica na região.
- Que fosse concedida à região de Patuca a condição de área protegida.
- Que fossem concedidos à população indígena os direitos à terra.

O que aconteceu?

A represa proposta tornou-se um tema de interesse nacional e as empresas construtoras, preocupadas porque, talvez, esse não tivesse sido um bom investimento, ficaram mais ansiosas para conversar, apesar de ainda estarem planejando continuar com a construção.

A coligação não só reclamou da represa proposta, mas tentou encontrar soluções alternativas. Eles reconheciam a necessidade de eletricidade e mostraram que uma série de represas menores poderiam ser construídas por todo o país, para fornecer mais eletricidade. Eles também mostraram como Honduras poderia produzir eletricidade suficiente para a população através da energia de biomassa, solar e eólica.

A campanha colocou em perigo as pessoas envolvidas. Carlos Luna, o prefeito de um dos municípios da região de Patuca, foi assassinado em seu escritório. Ele apoiava com grande entusiasmo a campanha para proteger o Parque Nacional de Patuca, e acredita-se que sua morte esteja relacionada com ela de alguma forma.

Em outubro de 1998, o furacão Mitch atacou Honduras, causando enorme destruição às moradias e ao meio ambiente. Por mais de 150 km ao longo do Rio Patuca, áreas enormes da margem do rio e milhares de árvores foram completamente levadas pela água. Através de um estudo do impacto, foi visto que, mesmo que a represa tivesse agüentado a força do furacão e do fluxo do rio resultante, ela teria recebido tanto lodo e entulho, que teria ficado inutilizável.

A situação atual

Em março de 1999, as empresas envolvidas retiraram-se oficialmente do projeto da represa, dizendo que o motivo era o nível de oposição local. Porém, o motivo deve ser, em parte, por que eles perceberam que o projeto não funcionaria. No entanto, o governo ainda possui planos para construir a represa e continua a procurar outros parceiros.

Além de deter o projeto por enquanto, a campanha ajudou as pessoas de La Mosquitia a se organizarem melhor, fortaleceu o movimento ambiental em Honduras como um todo, e há mais pessoas apoiando a proteção das florestas naturais.

O futuro

A coligação está pronta para lidar com futuras propostas para construir a represa. A MOPAWI continua a trabalhar com as comunidades indígenas e o governo, para que os direitos à terra sejam concedidos a elas. Quando isto acontecer, eles estarão numa posição muito melhor para impedir o desenvolvimento indesejado e controlar seu próprio futuro. “Os grupos indígenas da região nunca tiveram realmente um relacionamento com o governo no passado. Agora, estão conversando com ele ao mais alto nível.” (Osvaldo Munguia, Diretor, MOPAWI).

B

A base bíblica da defesa de direitos

A parte B começa debatendo se os cristãos devem ou não se envolver na defesa de direitos. Ela examina Deus executando seu propósito para o mundo através da vinda de seu Reino e a missão da igreja dentro dele. A defesa de direitos é explorada como parte desta missão, juntamente com as objeções que as pessoas possam levantar e os desafios para o envolvimento da igreja. A seção seguinte examina a abordagem de Jesus para o poder e, então, a função do governo e a função da lei. A Parte B termina considerando as opções abertas aos cristãos para se encaixarem com o poder.

Seção B1	Os cristãos deveriam envolver-se no trabalho de defesa de direitos?	65
	EXERCÍCIO 20 Debate	65
Seção B2	A missão da igreja	67
	EXERCÍCIO 21 A plenitude da salvação e a missão da igreja	67
	EXERCÍCIO 22 Objeções contra o envolvimento da igreja no trabalho da defesa de direitos	68
	EXERCÍCIO 23 Desafios para o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos	69
Seção B3	Jesus, o defensor de direitos	75
	EXERCÍCIO 24 Jesus e o poder	75
Seção B4	Opções para o envolvimento	79
	EXERCÍCIO 25 A função da lei	79
	EXERCÍCIO 26 Compreensão do poder com um ponto de vista bíblico	80
	EXERCÍCIO 27 Opções de defesa de direitos abertas aos cristãos	81

Os cristãos deveriam envolver-se no trabalho de defesa de direitos?

Descrição Esta seção ajudará os participantes a relacionar o papel dos cristãos com a defesa de direitos.

Objetivos da aprendizagem

No final da seção, os participantes:

- estarão cientes das razões a favor e contra o envolvimento cristão no trabalho de defesa de direitos
- estarão mais esclarecidos sobre seus próprios pontos de vista sobre quando a defesa de direitos é apropriada.

Vínculos

Este tema será visto em maiores detalhes na SEÇÃO B2 (A missão da igreja) e na SEÇÃO B3 (Jesus, o defensor de direitos).

EXERCÍCIO 20

Debate



Objetivo

Debater as razões a favor e contra o envolvimento cristão no trabalho de defesa de direitos.

Métodos

Debate e discussão

Texto para distribuição

Razões dadas contra o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos (SEÇÃO B2)

Este debate deve ser realizado antes que as outras seções da Parte B sejam estudadas, para que os participantes usem suas próprias experiências e pontos de vista, ao invés de simplesmente repetir os que acabaram de ouvir. As pessoas abordarão este debate com muitas experiências e perspectivas diferentes. É importante que nenhuma experiência seja ignorada e que todos os lados da discussão sejam escutados.

Pontos principais

- O debate pode ser tanto amplo, considerando o envolvimento no trabalho de defesa de direitos por parte da igreja como instituição quanto por parte de cristãos individuais, quanto limitado a apenas um deles.
- Escolha duas ou três pessoas para falar a favor do envolvimento no trabalho de defesa de direitos e duas ou três pessoas para falar contra. Funciona melhor, se as pessoas escolhidas realmente acreditarem no que estão dizendo. Os participantes do debate precisam apresentar seu lado da discussão e responder aos argumentos do outro lado. Avise que eles devem respeitar-se uns aos outros o tempo todo, sem se acusarem ou julgarem. Precisamos escutar cuidadosamente os outros cristãos que não acham que a defesa de direitos seja uma boa idéia e tentar convencê-los. A maneira como realizamos o trabalho de defesa de direitos é tão importante quanto os argumentos que apresentamos.
- Deixe algum tempo no final para perguntas ou comentários adicionais da audiência.
- É importante ter um presidente e uma pessoa que controle o tempo!
- Na SEÇÃO B2 (EXERCÍCIO 22), é sugerido um exercício para lidar com maior profundidade com os argumentos provenientes do debate.

A missão da igreja

Descrição Esta seção examina o propósito de Deus para o seu mundo e como ele é executado através da vinda do Reino de Deus. Ela examina o papel da igreja no plano de Deus e, então ajuda os participantes a olhar para a igreja em seus próprios contextos e examinar os desafios que enfrentam, as razões para a falta de envolvimento no trabalho de defesa de direitos e as objeções comuns para o envolvimento da igreja. Ela oferece exemplos de trabalho de defesa de direitos e os alicerces para a compreensão da base bíblica para o envolvimento.

Objetivos da aprendizagem

No final da seção, os participantes:

- compreenderão que a defesa de direitos é parte integral da missão da igreja
- compreenderão o amor de Deus pela justiça
- serão capazes de responder às objeções quanto ao envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos
- compreenderão alguns dos desafios que a igreja precisa enfrentar ao se envolver mais no trabalho de defesa de direitos.

Vínculos

Esta seção desenvolve-se a partir do debate da SEÇÃO B1 (Os cristãos deveriam envolver-se no trabalho de defesa de direitos?) e está vinculada a outras seções teológicas, tais como a SEÇÃO B3 (Jesus, o defensor de direitos) e a SEÇÃO B4 (Opções para o envolvimento).

EXERCÍCIO 21

A plenitude da salvação e a missão da igreja



Objetivo

Compreender a plenitude da salvação como a vinda do Reino de Deus e compreender a missão da igreja.

Métodos

Cartões, pequenos grupos, apresentação, estudo bíblico, discussão em grupo plenário

Textos para distribuição

A plenitude da salvação
O amor de Deus pela justiça
Como a igreja funciona em nome dos pobres

Há muitas maneiras de realizar esta seção:

- Explosão de idéias com cartões e notas post-it, palavras que vêm à cabeça, quando se escuta “salvação”, “Reino de Deus” ou “boas novas”, ou quando se pergunta: “Qual é o propósito de Deus para este mundo?”. Os participantes discutem seus comentários com o plenário.
- Outra opção é usar Isaías 1, Lucas 4:18-19 e Apocalipse 21 como um estudo bíblico em grupo, para explorar os temas da salvação e do Reino de Deus, usando-se os textos para distribuição como base para discussão.
- Uma terceira opção é apresentar o material dos textos para distribuição “A plenitude da salvação” e “O amor de Deus pela justiça” e fazer uma discussão.

Depois de fazer qualquer um dos exercícios acima, faça uma explosão de idéias em cartões e notas post-it. Discuta onde a defesa de direitos e o trabalho para se obter justiça se enquadram neste papel. Use os textos para distribuição sobre “O amor de Deus pela justiça” e “Como a igreja funciona em nome dos pobres” como base para a discussão.

Pontos principais

- A salvação permite que as pessoas se tornem cidadãs do Reino de Deus.
- Salvação significa “acertar” e restaurar as coisas para que elas sejam como Deus quer que sejam: para nós como indivíduos, como comunidade de cristãos e para toda a sociedade.
- A plenitude da salvação somente ocorrerá no futuro, mas a mensagem da salvação é uma esperança presente para todas as pessoas.
- Estamos envolvidos no trabalho de defesa de direitos e trabalhando para obter justiça por obediência à Deus, compaixão pelos outros e como uma forma de orientar as pessoas em direção a Cristo. A paixão pelo envolvimento só pode vir através do Espírito de Deus.
- A compaixão pelos pobres e o desejo de justiça fazem parte do caráter e do plano de Deus e são, portanto, importantes na missão da igreja.
- A igreja possui a responsabilidade de cumprir sua missão por completo. Algumas partes da igreja precisam estar envolvidas no trabalho de defesa de direitos. Todos precisam orar para que Deus intervenha.

EXERCÍCIO 22

Objecções contra o envolvimento da igreja no trabalho da defesa de direitos



Objetivo

Compreender e responder às objeções contra o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos.

Métodos

Explosão de idéias em grupo, cartões, pequenos grupos, apresentação, discussão em grupo plenário

Texto para distribuição

Razões dadas contra o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos

Se as pessoas não estiverem convencidas de que a defesa de direitos seja bíblica ou importante para a igreja, elas provavelmente não se envolverão, mesmo que lhes sejam mostradas muitas razões práticas para fazê-lo. Este exercício desenvolve-se a partir do debate da SEÇÃO B1 e começa a lidar com algumas das principais preocupações que os participantes podem ter quanto ao envolvimento da igreja ou dos cristãos no trabalho de defesa de direitos.

Apresente a lista dos principais argumentos dados contra o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos do debate da SEÇÃO B1 ou faça uma explosão de idéias sobre estas objeções em grupo plenário no início da seção. Os participantes dividem-se em grupos, e cada grupo discute maneiras de responder a duas ou três destas objeções, usando a Bíblia, quando for o caso. Depois comentam com o grande grupo o que discutiram e usam o texto para distribuição para acrescentar o que não foi considerado.

É importante dar tempo no final, para que os participantes falem sobre suas próprias experiências. Eles podem já ter ouvido muitos destes argumentos em seu trabalho. Também pode ser bom ter um período de oração para ajudar os participantes no que estão tentando fazer em sua comunidade ou organização.

EXERCÍCIO 23 **Desafios para o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos**



Objetivo

Compreender e lidar com os desafios para o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos.

Métodos

Pequenos grupos, apresentação, estudos de casos, discussão em grupo plenário

Textos para distribuição

Razões dadas contra o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos
Questões com que a igreja deve lidar antes de se envolver na defesa de direitos

Este exercício coloca a importância do envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos nos contextos e nas experiências específicas dos participantes. Ele coloca as atividades da defesa de direitos da igreja no contexto de sua missão geral.

Dois ou três participantes apresentam estudos de casos sobre o envolvimento ou falta de envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos. Discuta alguns dos desafios que a igreja enfrentou nesse contexto em particular e o que poderia fazer de forma diferente, se a questão surgisse novamente.

Os participantes dividem-se em grupos e respondem às seguintes perguntas, dizendo, depois, suas respostas ao grupo plenário:

- Que questões a igreja ou a comunidade local está enfrentando para as quais a defesa de direitos seria apropriada?
- Que questões internas sua igreja precisa procurar resolver, para se envolver no trabalho de defesa de direitos?
- Quais serão as consequências, se a igreja não se dedicar ao trabalho de defesa de direitos?

Decidam em grupo as prioridades fundamentais para que haja mudança.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO**A plenitude da salvação**

Isaías profetiza a vinda do Messias para trazer salvação. Ele está preocupado sobre a salvação das nações (Israel primeiro e, depois, todas as nações), mas sabe que esta salvação virá através de um homem. Isaías, capítulo 1, mostra que o pecado tem consequências sociais (v15-17), ambientais (v19-20) e políticas (v23). A raiz do pecado é o rompimento do relacionamento com Deus (v2-4), o qual leva ao rompimento dos relacionamentos em todos os outros níveis. Salvação significa “acertar as coisas” e reverter os efeitos do pecado, trazendo a restauração em todos os níveis: individual, na sociedade e político. A salvação é, portanto, a restauração da Terra e de seu povo para a glória e a alegria que Deus quis desde o princípio. A Bíblia contém algumas ilustrações desta glória que está por vir (Isaías 11:1-9; Ezequiel 47:1-12; Apocalipse 21).

O Reino de Deus

A plenitude da salvação está expressa como as boas novas da vinda do Reino de Deus. Este Reino é encontrado onde quer que Deus reine – nos corações, nos relacionamentos, nos sistemas e nas estruturas das pessoas. Ele foi profetizado no Antigo Testamento e trazido por Jesus.

- O Reino veio, mas esperamos por seu cumprimento (Marcos 1:15).
- O Reino acertará as coisas, trará redenção e reconciliação (Colossenses 1:20) e representa boas novas para os pobres (Lucas 4:18-19).
- Haverá oposição ao Reino, porque ele entra em conflito com o mundo atual.

As boas novas do Reino

No Evangelho de Lucas, Jesus explica sua missão com uma citação de Isaías 61: “O espírito do Senhor Jeová está sobre mim, porque o Senhor me ungiu para pregar boas novas aos mansos; enviou-me a restaurar os contritos de coração, a proclamar liberdade aos cativos e a abertura de prisão aos presos; a apregoar o ano aceitável do Senhor” (Lucas 4:18-19). Estas boas novas são a plenitude da salvação e consistem:

- da reconciliação com Deus – o chamado para o arrependimento e a crença é para que os indivíduos retornem a Deus e vivam em paz com Ele e uns com os outros
- liberdade da opressão, inclusive liberdade política e libertação individual (como no Êxodo do Egito), porque Jesus colocou todos os poderes sobre seu comando
- benção pessoal e coletiva de Deus
- boas novas para os pobres – a salvação representa boas novas especialmente aos pobres, porque Deus os valoriza tanto quanto valoriza todos os outros. Esta atitude é diferente da atitude do mundo em relação a eles, que, muitas vezes, faz com que se sintam como cidadãos de segunda classe. O Reino de Deus endireita os valores do mundo.

Este enfoque das boas novas para os pobres é o âmago da missão da Tearfund.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

O amor de Deus pela justiça

Como seres humanos, somos feitos à imagem de Deus (Gênesis 1:27). Todos os seres humanos têm o mesmo valor e devem ser igualmente respeitados. Deus ama a todas as pessoas e preocupa-se especialmente com os pobres, os marginalizados e os oprimidos, porque eles, muitas vezes, passam por sofrimento e injustiça. Sua preocupação com os pobres e os oprimidos e seu desejo de justiça fazem parte de seu caráter. Isto é mostrado por toda a Bíblia em suas ações, leis e mandamentos.

O exemplo mais significativo de Deus trabalhando pela justiça é a liberação de seu povo da opressão no Egito, como parte de seu plano de trazê-los para a terra prometida. Isto envolveu uma libertação física da escravidão, uma libertação política de um regime opressivo e uma libertação espiritual, para que eles pudessem venerar Deus com liberdade. O êxodo mostra-nos a compaixão de Deus e seu desejo de justiça e liberdade. A compaixão e a justiça são, com frequência, encontradas juntas nas ações e nos mandamentos de Deus: *“E disse o Senhor: Tenho visto atentamente a aflição do meu povo, que está no Egito, e tenho ouvido o seu clamor por causa dos seus exatores, porque conheci as suas dores. Portanto, desci para livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra que mana leite e mel.”* (Êxodo 3:7-8). O êxodo foi um antegosto do Reino de Deus que Jesus traria.

Os mandamentos e as leis de Deus são um reflexo de seu caráter e um guia para como Ele quer que vivamos. Há uma preocupação especial pelas pessoas à margem da sociedade:

- Em Deuteronômio, os israelitas recebem ordens de caminhar em direção a Deus. Isto consiste em reconhecer que ele *“faz justiça ao órfão e à viúva e ama o estrangeiro, dando-lhe pão e veste”* (10:18).
- Isaías fala da verdadeira obediência a Deus: *“Porventura, não é este o jejum que escolhi: que soltes as ligaduras da impiedade, que desfaças as ataduras do jugo, e que deixes livres os quebrantados, e que despedaces todo o jugo? Porventura, não é também que repartas o teu pão com o faminto e recolhas em casa os pobres desterrados? E, vendo o nu, o cubras e não te escondas daquele que é da tua carne?”* (Isaías 58:6-7).
- Outras passagens do Velho Testamento fundamentais, que mostram o desejo de Deus pela justiça e a misericórdia para seu povo são Levítico 25, Amós 5:11-15 e Miquéias 6:8.

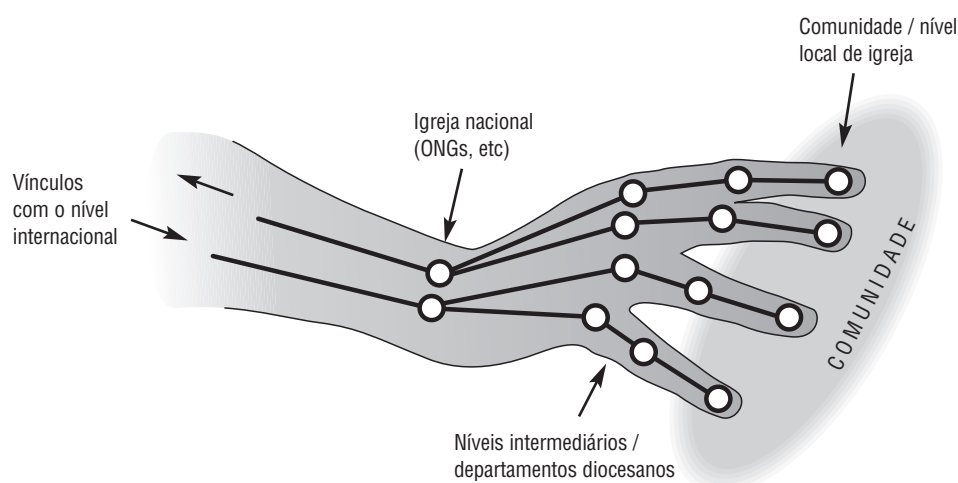
Também há preocupação com os pobres e a justiça no Novo Testamento:

- Jesus mostra sua preocupação em suas ações (veja o texto para distribuição: Jesus, o defensor de direitos).
- Jesus ensina que o mandamento mais importante é amar a Deus e ao próximo. Amar a Deus com todo o coração significa ser transformado para se parecer mais como Ele e amar como Ele. Jesus usa a parábola do Bom Samaritano para mostrar como é este amor na prática (Lucas 10:25-37).
- Os fariseus são repreendidos por negligenciar a justiça: *“Mas ai de vós, fariseus, que dizíeis a hortelã, e a arruda, e toda hortaliza e desprezais o Juízo e o amor de Deus! Importava fazer essas coisas e não deixar as outras”* (Lucas 11:42).
- Tiago ensina os cristãos a tratar todas as pessoas com igualdade e, em particular, não insultar os pobres ou ignorar suas necessidades (Tiago 2:1-26).

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Como a igreja funciona em nome dos pobres

Algumas formas de expressão da “igreja” consistem de uma congregação ou denominações. Outras consistem de organizações de desenvolvimento cristãs, enquanto outras concentram-se simplesmente num grupo de cristãos que se reuniram para fazer algo de importante. Outras concentram-se nos cristãos em posição de poder. A força da igreja está no fato de que ela opera em todos os diferentes níveis e é capaz de influenciar todos os níveis da sociedade. É vital que cada forma de expressão da igreja esteja ligada ao corpo mais amplo de cristãos para que haja apoio e prestação de contas e para que todos trabalhem juntos para ampliar o Reino de Deus. O diagrama da mão abaixo mostra os níveis em que a igreja opera e que estes estão interligados. É vital que as partes da igreja acima dos “nós dos dedos” estejam em contato com as “pontas dos dedos”, para que eles se preocupem com os pobres e os marginalizados.



Funções específicas da igreja

A igreja deve realizar muitas atividades na sua função de trazer boas novas a todas as pessoas. Abaixo estão algumas. Se negligenciarmos qualquer uma destas atividades, estaremos dando a Deus menos oportunidades de nos usar para ampliar seu Reino e trazer sua benção.

As atividades mostradas em **negrito** estão relacionadas com a defesa de direitos:

- | | |
|--|--|
| ■ Venerar Deus | ■ Guarda da criação |
| ■ Discipulado | ■ Solidariedade e preocupação entre as pessoas |
| ■ Proclamação das boas novas | ■ Oração para que Deus intervenha |
| ■ Preocupação com os carentes e os que sofrem | ■ Trazer paz e reconciliação |
| ■ Envolvimento social | ■ Procurar a justiça social e econômica |
| ■ Falar contra a idolatria e a injustiça | |
| ■ Servir de modelo para uma sociedade alternativa: como Deus queria que ela fosse | |
| ■ Confrontar a autoridade, quando ela age contra o que a Bíblia ensina | |

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Razões dadas contra o envolvimento da igreja no trabalho de defesa de direitos

Razões dadas contra o envolvimento da igreja

RAZÕES DADAS	POSSÍVEIS RESPOSTAS
Romanos 13 e 1 Pedro 2:13-17 dizem que devemos obedecer ao estado e não desafiá-lo.	Estes versículos realmente dizem que devemos obedecer ao estado, mas somente quando ele não está contra a lei de Deus. O estado deve apoiar o que é correto, punir os que cometem injustiças e promover o bem-estar humano. A igreja precisa fazer com que o estado se responsabilize por cumprir a função que lhe foi dada por Deus.
Jesus manda que amemos nossos inimigos, ofereçamos a outra face e que “a vingança é minha” (Mateus 5; Romanos 12:17-21).	Somos chamados a amar nossos inimigos. O enfoque deste ensinamento é não procurar vingança, mas deixá-la para Deus.
Jesus diz “sempre tende os pobres convosco” (Marcos 14:7).	Ele continua dizendo: “e podeis fazer-lhes bem, quando quiserdes”. Estas palavras são um mandamento, ao invés de uma opção. O enfoque desta passagem é o ungüento alguns dias antes de sua morte e ressurreição, mostrando que a mulher havia reconhecido o significado do que estava para acontecer.
O que realmente importa é que as pessoas sejam salvas. Assim, precisamos concentrar-nos nisto. O trabalho de defesa de direitos não traz a salvação.	Os cristãos são chamados para buscar a justiça (Miquéias 6:8), defender a causa dos pobres (Provérbios 31:8-9) e preencher a brecha pelas pessoas que sofrem (Ezequiel 22:30).
Jesus não se engajou em atividades políticas.	Jesus não entrou para um partido político, mas ele desafiou as autoridades, como, por exemplo, purificando o templo (João 2:12-16), e falou contra a injustiça e a opressão (Lucas 11:42). Precisamos buscar uma resposta Divina para as questões, o que pode envolver o trabalho de defesa de direitos.
A política é um jogo sujo. Não se devem misturar religião e política.	É verdade que o poder pode corromper, mas decidindo não se envolver na política, os cristãos deixam que as decisões que afetam as vidas de todos sejam tomadas por outros. Assim, não estamos levando nossa responsabilidade pela guarda a sério.
Os cristãos envolveram-se no trabalho de defesa de direitos no passado e desgraçaram a igreja.	A igreja foi desacreditada no passado por seu envolvimento com o poder, mas ela foi desacreditada, por causa da maneira como ele foi feito e não porque se envolveu em primeiro lugar. Precisamos aprender com o passado.
Há dois reinos – o Reino de Deus e o reino deste mundo – nós vivemos num deles e não no outro.	Há dois reinos. Os cristãos são cidadãos do paraíso, mas vivem neste mundo. Somos chamados para sermos sal e luz e influenciarmos o mundo. Não devemos fugir de nossa responsabilidade.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

Questões com que a igreja deve lidar antes de se envolver na defesa de direitos

Há várias questões com que a igreja precisa lidar ao considerar a possibilidade de entrar para o trabalho de defesa de direitos. Elas não estão vinculadas apenas à defesa de direitos, mas provavelmente se tornarão mais importantes, à medida que a igreja se envolver mais neste tipo de trabalho. Pense sobre o que você está fazendo ou poderia fazer na sua igreja, organização ou comunidade, para procurar resolver estas questões.

EXPERIÊNCIAS Quais são as experiências de envolvimento na defesa de direitos? O que pode ser aprendido com elas?

LIDERANÇA A igreja serve de modelo de liderança a serviço dos outros? Quem é capaz de participar da liderança? Que tipo de prestação de contas há?

ENSINAMENTO Que ensinamento há sobre a ética social? Que ensinamento há sobre injustiça? Que ensinamento há sobre a riqueza e a pobreza? Quanto aprendizado há sobre estas questões?

RESPOSTA Até que ponto há flexibilidade na igreja para responder às pessoas carentes?

LEGITIMIDADE Que mandato a igreja possui para falar? Quem participa da tomada de decisões? Como as decisões são tomadas?

UNIDADE A igreja é unida? Ela trabalha com outras igrejas ou denominações?

VALORES Que importância a igreja dá para a inclusão, a participação, a prestação de contas, o serviço e a compaixão?

PODER Como a igreja se associou ao poder no passado (missionários, estado, empresas) e o que pode ser aprendido?

Se a igreja não se engajar no trabalho de defesa de direitos

CONSEQÜÊNCIA	POR QUÊ
A igreja tornar-se-á irrelevante, o que diminuirá sua eficácia para trazer boas novas aos pobres.	A igreja não procura resolver os problemas enfrentados pelas pessoas. Ela permite que os problemas estruturais, a injustiça e a pobreza continuem.
Julgamento e disciplina	A igreja não foi fiel ao chamado de Deus.
Afinidade com o opressor	“Para que o mal prospere, tudo o que é necessário é que os homens bons não façam nada.” Edmund Burke
Os dirigentes injustos prosperarão	A igreja não faz com que os dirigentes se responsabilizem por cumprir seu propósito inicial estabelecido por Deus e, assim, a injustiça continua.
Concessões na mensagem	Dizemos que nossas vidas foram transformadas pelo evangelho, mas não agimos.

Jesus, o defensor de direitos

Descrição Esta seção examina a atitude e as ações de Jesus para com os oprimidos e arruinados pelo pecado e os que possuem poder. Ela também reflete sobre como ele usa seu próprio poder.

Objetivos da aprendizagem

No final da seção, os participantes:

- compreenderão a abordagem de Jesus para as pessoas oprimidas
- compreenderão a abordagem de Jesus para as pessoas com poder
- compreenderão como Jesus usa seu próprio poder
- serão capazes de aplicar o exemplo de Jesus em seu próprio trabalho.

Vínculos

Esta seção está vinculada a outras seções teológicas, tais como a SEÇÃO B2 (A missão da igreja). Ela também está vinculada à SEÇÃO A5 (Compreensão da política e do poder).

EXERCÍCIO 24

Jesus e o poder



Objetivo

Compreender a abordagem de Jesus para o poder.

Métodos

Pequenos grupos, apresentação, estudo bíblico, discussão em grupo plenário

Texto para distribuição

Jesus, o defensor de direitos

Materiais adicionais

Passagens para estudo

Se os participantes tiverem um conhecimento razoável da Bíblia, divida-os em grupos e faça-lhes as seguintes perguntas:

- Quais eram as características da abordagem de Jesus para as pessoas oprimidas, que sofrem ou são marginalizadas?
- Quais eram as características da abordagem de Jesus para as pessoas que possuem poder?
- Como Jesus usava seu próprio poder?
- O que podemos aprender com esta abordagem?

Uma outra alternativa é pegar uma seleção de passagens, tais como João 13:1-17, João 8:1-11 e Mateus 21:12-17, e fazer um estudo, escolhendo os aspectos mais relevantes. A seguir, faça uma discussão sobre o que podemos aprender com o exemplo de Jesus.

Ponto principal

A abordagem de Jesus para o poder tinha as seguintes características:

- **SERVIÇO** Liderança servil
- **RESPEITO** Uso responsável do poder sem o uso de força
- **EMPODERAMENTO** Desenvolver os outros para continuar o trabalho
- **CORAGEM** Falar a favor da verdade e desafiar a injustiça
- **INTEGRIDADE** Servir de modelo para o que ele estava defendendo
- **CIDADÃO MODELO** Cumprir a lei, a menos que esta estivesse contra a lei de Deus
- **MOTIVADO PELO AMOR** Amor pelos inimigos e pelos odiados.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

Jesus, o defensor de direitos

Em 1 João 2:1, é-nos dito que Jesus defende direitos em nosso nome, quando pecamos: “Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo para que não pequeis; e, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o Justo.” Os exemplos abaixo dão uma idéia do caráter de Jesus como defensor de direitos.

Jesus serviu de modelo de liderança servil e estava preparado para sofrer por outros

Quando Tiago e João perguntaram a Jesus se um podia sentar à sua direita e o outro, à sua esquerda, em seu Reino (Marcos 10:37), Jesus respondeu: “Porque o Filho do Homem também não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos” (v45). Ele diz que o caminho de seus discípulos é o mesmo: “qualquer que entre vós quiser ser grande, será vosso serviçal. E qualquer que dentre vós quiser ser o primeiro será servo de todos.”(v43-44). Ele demonstrou sua natureza servil lavando os pés de seus discípulos e desafiando-os a fazer o mesmo (João 13:14-15).

Jesus devolveu a dignidade e o valor às pessoas que eram odiadas

Jesus andava em companhia de pessoas que estavam à margem da sociedade. Ele aceitou ser ungido pela “pecadora” (Lucas 7:36-50) e repreendeu seus discípulos quando estes impediram as pessoas de trazerem crianças até ele (Lucas 18:16). Ele também curou os cegos, os doentes, os possuídos pelo demônio e outros “forasteiros”, tais como o homem que estava acorrentado fora da cidade e a mulher que tinha estado sangrando por 12 anos (Marcos 5:1-20, Marcos 5:25-34).

Jesus desafiou a corrupção, a hipocrisia e a injustiça entre a sociedade judaica

Ao entrar no templo em Jerusalém, ele expulsou os comerciantes e os agiotas (Marcos 11:15-17). Ele advertiu contra a hipocrisia dos poderes judeus dirigentes. “Adverti e acautelai-vos do fermento (ensinamento) dos fariseus e saduceus” (Mateus 16:6). Ele criticou-os por sua ignorância em termos de justiça e misericórdia, seu uso do poder para o lucro pessoal e por desviarem as pessoas do bom caminho (Lucas 11:37-53, Mateus 9:9-13, 12:1-14).

Jesus ensinou o amor pelos inimigos

Quando Jesus estava em Israel, o povo judeu odiava os romanos. Alguns dos zelotes matavam soldados romanos, e quase todas as pessoas estavam esperando a vinda de um Messias para restabelecer um reino na Terra para o povo judeu. Entretanto, Jesus ensinou o amor pelos inimigos ao invés do ódio: “Amai a vossos inimigos, e orai pelos que vos perseguem” (Mateus 5:44) e disse: “bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia” (5:7). Um outro exemplo de amor e perdão foi na cruz, quando Jesus gritou: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (Lucas 23:34).

Jesus obedecia a lei da terra

Jesus obedecia à lei da terra, quando esta não estava contra a lei de Deus. Quando lhe perguntaram sobre impostos (Marcos 12:13-17), ele concluiu dizendo: “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus.” Ele incentivou os judeus a obedecer ao estado. Entretanto, a principal ênfase desta instrução foi “dê a Deus o que é de Deus”. Isto significa que os seguidores deviam seguir a vontade de Deus, defendendo a justiça e a virtude para a glória de Deus.

Jesus serviu de modelo para como ele queria que a sociedade fosse e incentivou os outros a cumprir sua responsabilidade

Jesus amava a Deus acima de tudo e obedecia à sua vontade (Lucas 22:42, Hebreus 5:7-10) passando parte de seu tempo orando (Marcos 1:35). Ele amava o próximo, o que foi mostrado através da maneira como ele tratava os forasteiros (curando a mulher que tinha estado sangrando em Lucas 8:40-48). Ele andava em companhia de pecadores (Zacarias em Lucas 19:1-10), tratava as mulheres com dignidade e respeito (Marta e Maria em Lucas 10:38-42) e amava seus inimigos (Lucas 23:34). Ele também ensinou os outros a seguir seu exemplo (Mateus 5-7, Lucas 10:25-37).

MATERIAL ADICIONAL

Passagens para estudo

João 13:1-17
Jesus lavou os pés de seus discípulos

Jesus havia chegado a Jerusalém um pouco antes da festa da Páscoa e sabia que estava para ser morto. Suas ações e seus ensinamentos haviam ameaçado o poder dos fariseus e dos saduceus, e estes queriam livrar-se dele, para manter sua posição dominadora na sociedade judaica. Jesus usou a oportunidade para lavar os pés de seus discípulos. Os pontos principais são que:

- ao contrário da maioria dos líderes judeus, Jesus era motivado por amor e não pelo poder ou pela posição
- ele explicava suas ações e usava-as para ensinar e desafiar os outros
- ele serviu de modelo para uma lição de serviço abnegado, mostrando aos seus seguidores o caminho que eles eram chamados a seguir
- ele se identificava com as pessoas numa posição inferior na sociedade.

João 8:1-11
Jesus e a mulher pega em adultério

Os escribas trouxeram a Jesus uma mulher que tinha sido pega cometendo adultério. Os acusadores queriam humilhar a mulher e colocar Jesus numa armadilha. Eles arranjaram para que o homem, que também havia cometido adultério, escapasse e trouxeram a mulher para fora, em público, pronta para ser apedrejada. Os pontos principais são que:

- Jesus não se intrometeu, mas permaneceu calmo e em controle de si próprio
- ele não aprovava o pecado
- embora ele não defendesse as ações da mulher, estava disposto a enfrentar os poderosos
- ele ensinava o perdão, ao invés da condenação
- ele era motivado por amor e desejo de reconciliação.

Mateus 21:12-17
Jesus purificou o templo

Um pouco antes de Jesus entrar em Jerusalém, ele foi ao local do templo e começou a virar as mesas dos cambistas e dos que vendiam pombas. Ele também curou os cegos e os coxos, e as crianças o louvavam. Entretanto, ele repreendeu a multidão, inclusive os principais sacerdotes e os escribas por sua falta de fé e por permitirem que o templo fosse corrompido. Os pontos principais são que:

- Jesus atacou a exploração dos pobres
- ele não tinha nenhuma autoridade oficial no templo, mas as pessoas o escutaram por causa do que ele fez
- ele sabia o momento para agir
- ele explicou suas ações às pessoas a sua volta
- ele procurou resolver as causas da pobreza e do sofrimento curando as pessoas e desafiando os opressores
- ele estava disposto a desafiar os costumes culturais, quando estes estivessem contra a vontade de Deus.

Opções para o envolvimento

Descrição Esta seção examina as maneiras em que a igreja pode envolver-se na defesa de direitos. Ela se desenvolve a partir da compreensão da função da igreja, acrescentando uma compreensão de governo e da função da lei. Ela ajuda os participantes a ver que diferentes partes da igreja abordam a defesa de direitos de formas muito diferentes e que o impacto da igreja no trabalho de defesa de direitos é mais forte, quando estes diferentes grupos trabalham juntos para complementarem-se uns aos outros.

Objetivos da aprendizagem No final da seção, os participantes:

- compreenderão a função do estado e a função da lei e como influenciar a lei
- estarão cientes da variedade de opções de defesa de direitos existentes.

Vínculos Esta seção está vinculada à SEÇÃO A2 (Compreensão da defesa de direitos), SEÇÃO A3 (O porquê da defesa de direitos), SEÇÃO A5 (Compreensão da política e do poder), SEÇÃO B2 (A missão da igreja), SEÇÃO B3 (Jesus, o defensor de direitos) e SEÇÃO C4 (Ação).

EXERCÍCIO 25 **A função da lei**



Objetivo Compreender as dificuldades para se aplicarem os valores e as leis bíblicas nas situações modernas.

Métodos Estudo de caso, trabalho em grupo, discussão em grupo plenário, apresentação

Textos para distribuição Valores bíblicos (SEÇÃO A3)
O governo e a lei

Este exercício pode ser feito de forma melhor, se for usado o estudo de caso de alguém tentando influenciar a aprovação de uma proposta de mudança de lei ou tentando ele próprio fazer com que haja uma mudança na lei. O uso de estudos de casos sobre tópicos controversos, tais como o ensino da religião nas escolas, o tratamento de mães solteiras ou a situação das pessoas que sofrem de AIDS (SIDA) ajuda a ressaltar os pontos principais. O estudo de caso deve ser curto e incluir o problema com o qual se está lidando, a lei existente e a proposta da nova lei. Abaixo é apresentado um estudo de caso da África do Sul.

Estudo de caso:
Aborto, África do Sul

A seção 9 da Constituição sul-africana de não discriminação tem sido usada pelas mulheres para reivindicar uma liberdade maior para o aborto. A nova legislação proposta dá um maior acesso legalizado ao aborto, dizendo que ele deveria estar disponível a qualquer pessoa que o solicitasse para gravidezes de até 12 semanas. A Aliança Evangélica da África do Sul (TEASA) estava contra a nova lei. Assim, eles começaram uma campanha para impedir que a legislação proposta fosse aprovada pelo parlamento.

Eles fizeram lobby com o parlamento através de uma petição por e-mail e conscientizaram as pessoas nas igrejas quanto à questão. Eles também abriram abrigos para as mulheres que quisessem completar o período de gravidez e, então, oferecer o bebê para a adoção. A igreja não teve sucesso em impedir a legislação, mas continua tentando mudá-la através de lobby com o parlamento.

Divida os participantes em grupos e faça-lhes as seguintes perguntas:

- Qual é a função da lei neste caso em particular?
- Que valores bíblicos orientam esta proposta?
- O que você faria, se estivesse no lugar da TEASA?

Use os textos para distribuição e pense sobre fazer um estudo de Romanos 13, para compreender as questões de forma mais aprofundada.

Pontos principais

- A lei possui uma função limitada, porque não pode mudar os corações das pessoas.
- Há formas diferentes de interagir com a lei.
- Precisamos estar certos sobre quais são os nossos valores antes de tentarmos mudar as leis.

EXERCÍCIO 26

Compreensão do poder com um ponto de vista bíblico



Objetivo

Compreender o poder com uma perspectiva bíblica, a fim de escolher as opções de defesa de direitos apropriadas.

Métodos

Discussão em pequenos grupo, grupo plenário, apresentação

Divida os participantes em pequenos grupos e peça-lhes para responderem à pergunta “O que a Bíblia diz a respeito do poder?”, examinando as seguintes passagens bíblicas: Colossenses 1:16, Lucas 11:20, Marco 3:23-27, Colossenses 2:15 e Efésios 6:12. Depois faça uma discussão em grupo plenário sobre os poderes que existem no mundo hoje em dia.

Pontos principais

- Os poderes fazem parte da criação de Deus (Colossenses 1:16).
- As faces visíveis do poder no mundo agora incluem o estado, as empresas, as instituições internacionais, a mídia, a cultura e a tradição, os militares, as falsas religiões e o ataque demoníaco. Elas podem ser usadas de maneira errada por causa da natureza pecadora dos seres humanos.
- Também estamos lutando contra as forças malignas no mundo (Efésios 6:12).
- Entretanto, Jesus possui a autoridade suprema e a vitória final sobre todos estes poderes (Lucas 11:20, Marcos 3:23-7) através de sua morte na cruz (Colossenses 2:15). Precisamos manter nossos olhos firmemente fixos em Jesus, para não sermos subjugados pelos governantes deste mundo.

EXERCÍCIO 27

Opções de defesa de direitos abertas aos cristãos



Objetivo

Examinar as opções de defesa de direitos.

Métodos

Cartões, grupo plenário

Pergunte que opções estão abertas para os cristãos se encaixarem com o poder. É útil usar exemplos das experiências dos participantes. Reserve tempo para fazer uma lista ampla de opções, como forma de incentivar os participantes e mostrar que há muitas coisas que podem fazer e que eles já podem estar fazendo de qualquer forma.

Algumas opções
abertas aos cristãos

- | | |
|---|--|
| ■ oração | ■ participação em sistemas e estruturas |
| ■ conscientização | ■ expor as coisas / expor o mal |
| ■ ação direta não violenta | ■ fortalecer a confiança e a identidade dos outros |
| ■ servir de modelo para um estilo de vida diferente | ■ mobilizar a capacidade da igreja inteira |
| ■ negociações para a paz | ■ trabalho em rede com outros grupos |
| ■ candidatar-se para eleições | ■ falar profeticamente |
| ■ pesquisa | ■ mostrar solidariedade |

Pontos principais

- Há muitas opções abertas para o trabalho de defesa de direitos.
- Diferentes partes da igreja trabalham de maneiras diferentes.
- Diferentes opções são apropriadas para situações diferentes.
- As pessoas que trabalham sob regimes opressores podem ser incentivadas pelo fato de que podem envolver-se em algumas atividades, mesmo que outras não sejam possíveis.

TEXTO PARA DISTRIBUIÇÃO

A função do governo

O governo e a lei

O governo é bom e faz parte do plano de Deus. Deus criou o céu e a terra e designou os seres humanos como curadores (Gênesis 1:28). Entretanto, a criação, os seres humanos e o governo agora são afetados pelo pecado. Embora o governo ainda possua uma função, esta é limitada.

Romanos 13:1-7 e 1 Pedro 2:13-17 explicam que a função do governo é:

- louvar o que é correto (Romanos 13:3, 1 Pedro 2:14)
- punir os que erram (Romanos 13:3-4, 1 Pedro 2:14)
- promover o bem-estar humano (Romanos 13:4).

Entretanto, na prática, a função do governo é limitada:

MANDATO Um governo não pode assegurar que as pessoas realmente venerem Deus ou fazer com que haja virtude. Ele pode aprovar e executar leis e regulamentos, mas não pode mudar as pessoas.

ESSÊNCIA Embora o governo seja bom, ele também está aberto à corrupção (Apocalipse 13:1-18). É necessário que se tenham estruturas em funcionamento para se precaver contra isto. A igreja precisa fazer com que ele se responsabilize.

A função da lei

Qualquer reflexão quanto à função do governo precisa estar diretamente ligada à função da lei, porque esta é o principal meio através do qual o governo usa sua autoridade. Precisamos começar examinando os principais propósitos das leis na Bíblia, que são:

- revelar o caráter de Deus e mostrar-nos como devemos viver com o relacionamento certo com Ele
- proteger os vulneráveis e assegurar a justiça social
- manter a paz e a ordem social
- chamar a atenção para o mal e punir a maldade.

Entretanto, embora a lei possa limitar o mal, ela não pode mudar os corações das pessoas, tais como livrar-se da luxúria e da inveja.

Também é difícil, às vezes, aplicar algumas leis bíblicas às situações modernas. Alguns dos problemas são:

O ENFOQUE DO POVO DE DEUS As leis éticas e políticas da Bíblia foram dadas às pessoas que haviam sido resgatadas por Deus da escravidão no Egito. Embora as leis sejam princípios de justiça relevantes para todos, é difícil para as pessoas que não sabem da salvação de Deus dar-lhes o devido valor.

DIFERENTES TIPOS DE LEIS Há diferentes tipos de leis no Velho Testamento, sendo que apenas algumas ainda se aplicam aos dias de hoje. Os princípios por trás das leis éticas (inclusive sociais e econômicas) ainda se aplicam, porque Deus não muda seu caráter, embora a aplicação possa mudar. Entretanto, Jesus cumpriu os requisitos da lei ritual ou sacrificial, tornando-a redundante.

TEXTO PARA
DISTRIBUIÇÃO

**Princípios para
a interpretação
da Bíblia**

O governo e a lei (continuação)

Após a descrição de alguns dos problemas, é necessário desenvolver alguns princípios para a interpretação:

- **FONTE DA VERDADE** A Bíblia é a palavra autoritária e fidedigna de Deus, que contém a verdade relevante (2 Timóteo 3:15-17), mas não oferece todas as respostas para todas as situações.
- **BÍBLIA COMO UM RELATO** A Bíblia é um relato em que Deus revela seu caráter e sua vontade em relação ao mundo. Precisamos examinar todo o relato, para ver o plano de Deus para toda a história.
- **A LEI NÃO TRAZ A VIRTUDE** (Romanos 3:28, 31).
- **JESUS É ESSENCIAL** Para compreendermos como aplicar a lei do Velho Testamento às situações atuais, precisamos examinar a abordagem de Jesus. O que quer que ele nos mostre como continuação do Velho Testamento é claramente relevante para a igreja e o mundo de hoje. Podemos, portanto, ter a confiança para aplicar esses princípios às nossas vidas e à nossa sociedade.

Outros pontos a
serem observados

- Desafiar a lei é apenas uma opção para se fazer com que a mudança que Deus deseja ocorra. A mudança na lei deve ser vista apenas como parte de uma resposta para uma questão. Devem-se considerar outras opções, tais como cuidar das pessoas e orar.
- Muitas sociedades consistem de pessoas com diferentes visões do mundo. Os cristãos podem estar em minoria. Assim, não podem esperar que todos aceitem a verdade da Bíblia e, conseqüentemente, seus argumentos. O desafio é mostrar que as leis baseadas nos princípios cristãos são o melhor para todos e apresentar propostas de defesa de direitos usando a linguagem que todos entendem.
- Os cristãos não devem tentar mudar as leis para dar vantagens a si próprios. Eles devem visar o tratamento com igualdade para todas as pessoas, inclusive a liberdade de religião para todos.

Notas

**Kit de Ferramentas para a Defesa de Direitos:
Compreensão da defesa de direitos**

Escrito por Graham Gordon

ISBN 1 904364 08 X

Publicado pela Tearfund

